

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

FERNANDO VIANA COSTA

**UM ORNITORRINCO NO CERRADO: BAIROS POPULARES E
OUTROS PIONEIROS NA FORMAÇÃO E EXPANSÃO URBANA DE GOIÂNIA**

GOIÂNIA

2016

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

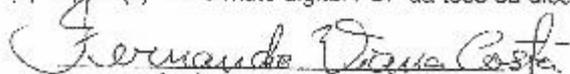
Nome completo do autor: Fernando Viana Costa

Título do trabalho: Um Ornitotriaco no Cerrado: bairros populares e outros pioneiros na formação e expansão urbana de Goiânia.

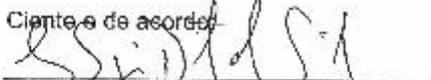
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 30/11/17

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

FERNANDO VIANA COSTA

**UM ORNITORRINCO NO CERRADO: BAIROS POPULARES E
OUTROS PIONEIROS NA FORMAÇÃO E EXPANSÃO URBANA DE GOIÂNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Cultural.

Linha de Pesquisa: Poder, Sertão e Identidades.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva.

GOIÂNIA

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Viana Costa, Fernando

Um Ornitório no Cerrado [manuscrito] : Bairros Populares e Outros Pioneiros na Formação e Expansão Urbana de Goiânia / Fernando Viana Costa. - 2017.

LXXXVIII, 88 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Catalão, 2017.

Bibliografia.

1. História . 2. Goiânia . 3. Bairros . 4. Pioneiros . I. Duarte Silva, Luiz Sérgio, orient. II. Título.

CDU 94(817.3)

PPGH
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA 2016


 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
 FACULDADE DE HISTÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



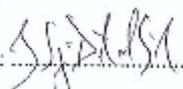
Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado **Fernando Viana Costa**. Aos 23 (vinte e três) dias do mês de julho de dois mil e dezesseis (2016), com início às 9h, nas dependências da Faculdade de História, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado do estudante **Fernando Viana Costa**, cujo título foi **"Um Ornitorrinco no Cerrado: bairros populares e outros pioneiros na formação e expansão urbana de Goiânia"**. A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria nº037/16-FH, de 13 de julho de 2016, pelos seguintes Professores Doutores: **Luiz Sérgio Duarte Silva (UFG)**, **Alexandre Ribeiro Gonçalves (UniEvangélica)** e **Eguimar Felício Chaveiro (IESA/UFG)** e, como suplentes, **Ana Maria Diniz (PUC-GO)** e **Cristiano Pereira Alencar Arrais (UFG)**. Os Examinadores arguíram na ordem acima citada. Às 11 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido o candidato aprovado

Prof. Dr. **Alexandre Ribeiro Gonçalves (UniEvangélica)** Ass.: 

Decisão: (APROVADO)

Prof. Dr. **Eguimar Felício Chaveiro (IESA/UFG)** Ass.: 

Decisão: (APROVADO)

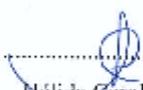
Presidente da Banca Prof. Dr. **Prof. Dr. Luiz Sérgio D. Silva (UFG)** Ass.: 

Decisão: (aprovado)

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Héliida Caroline Medeiros de Moraes Silva, secretária do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenador: 

Prof. Dr. Marlon Jansen Salomon

Secretária: 

Héliida Caroline Medeiros de Moraes Silva

Sumário

1. INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1. MEMÓRIA E HISTÓRIA	15
1.1. Memória Coletiva e os Outros Pioneiros... ..	18
CAPÍTULO 2. GOIÂNIA E A PESQUISA REGIONAL PARA ALÉM DA IDEOLOGIA DO PROGRESSO: AFIRMAÇÃO, NEGAÇÃO, SUPERAÇÃO.	21
2.1. A não realização das promessas da modernidade e o movimento de superação da ideologia do progresso	27
CAPÍTULO 3. GOIÂNIA: ALGUNS BAIROS POPULARES NA CONSTRUÇÃO DA “PERIFERIA DA PERIFERIA” CAPITALISTA: DOIS MOVIMENTOS	30
3.1 A crise entre as oligarquias e a mudança da capital de Goiás.....	33
3.2. Outros pioneiros e os bairros populares em dois movimentos	36
Primeiro movimento: a década de 40.....	37
3.2.2. Segundo movimento: a década de 50	52
3.2.4 A ocupação da fazenda Macambira: “Entre tantos Pedros.	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	85

1. INTRODUÇÃO

“A luz crepita em Goiânia e os botecos da Vila Nova têm gargalhadas do tamanho das feridas dos operários que construíram as marquises do Centro Administrativo e foram exilados para além do plano attiliano.”

Chaveiro, O sovaco da estátua do anhanguera

As palavras do poema do geógrafo Eguimar Chaveiro levam-nos a uma viagem reflexiva sobre a cidade por meio das marcas deixadas nas pessoas e no concreto. Isso porque nos fala da exclusão dos operários, exilados da cidade planejada. Mas o poema parece-nos também subversivo, como se provocasse uma história a contrapelo, na perspectiva de Walter Benjamin. Outras histórias tornam-se possíveis a partir de outros olhares e outras formas de lidar com a própria história, ao rememorarmos criticamente o discurso do progresso (LOWY, 2002).

O poema de Chaveiro foi para nós uma inspiração reflexiva e expressa bem o sentido dessa dissertação. Nele, as risadas nos botecos em um tempo presente são o que nos remetem a um tempo passado, onde operários, moradores da Vila Nova (e, porque não dizer também, do “Botafogo de Baixo”, do Bairro Popular, da fazenda Macambira) tiveram o corpo marcado durante a construção da cidade. Cidade periférica, no centro das atenções; cidade planejada pela elite intelectual, econômica e política, como parte do planejamento da modernização conservadora que dependia de braços de sujeitos periféricos em sua condição social. Sujeitos periféricos, outros pioneiros a viver em uma outra cidade não tão planejada assim, ou onde o planejamento inicial não resistiria às condições históricas de sua implementação. Estes “tantos Pedros” que participaram da construção da cidade e suas lutas, seus próprios planos, foram muitas vezes esquecidos pela historiografia tradicional.

Pedro Ludovico, o interventor de Vargas em Goiás no golpe 1930, estrategista da nova capital, morreu em 1979. Por ironia da história, no mesmo ano em que a saga dos novos migrantes daria origem ao bairro Nova Esperança, na região Noroeste da capital. Pedro Ludovico morreu antes mesmo antes de poder retornar à legalidade política, pouco antes da anistia, mas continuou vivo na memória histórica, sequência de eventos que a lembrança histórica preserva, conforme definição de Halbwachs (2009). Permaneceu também na história ensinada nas salas de aula. Mas nós nos perguntamos: e quanto àqueles que não estavam na direção política do Estado? E quanto aos homens e mulheres que levantaram as casas às margens do Córrego Botafogo ou na Fazenda Macambira? E quanto a todos esses “operários exilados do plano attiliano” de que fala o

poema de Eguimar Chaveiro? Ou mesmo os “novos migrantes” do ano de 1979? Que lugar teriam na História?

Conversando com antigos moradores da Vila Nova, encontramos sujeitos que se autodenominaram “jagunços de Pedro Ludovico”. Encontramos pessoas que foram compradas pelo “gato”¹ e que iniciaram sua trajetória na cidade submetidos ao trabalho escravo. Poderiam ser casos efêmeros que, por meio da memória de alguns, não carregariam a credibilidade de processos coletivos. No entanto, as entrevistas seguintes e o cruzamento com outras fontes revelaram-nos o contrário.

A situação de fronteira, marcada pela tensão entre os migrantes e o poder normativo na formação e expansão urbana de Goiânia, escaparam aos modelos simplistas de explicação e apontaram os limites das teses sobre “Goiânia cidade planejada”, moderna.

Encontramos no Setor Pedro Ludovico, por exemplo, um homem, pioneiro do bairro, reconhecido pelos antigos moradores que entrevistamos como fundador responsável pelas primeiras atividades de ocupação da fazenda Macambira. O filho do homem relata com detalhes a chegada de seu pai a Goiânia. Saíra do cangaço e, juntamente com outros cangaceiros, adentrara o território goiano em busca de ouro. “Mas, chegando em Goiás, não tinha ouro, tinha era bala. Era época da revolução”. Assim relata o homem, entendendo como revolução o conflito entre os Caiado e os Ludovico. Os cangaceiros se juntaram a Pedro Ludovico e o pai do nosso entrevistado, segundo relata, tornou-se homem de confiança do interventor. Foi chamado a fazer parte de um grupo de inspetores de polícia. Este nosso personagem, pai do entrevistado, é reconhecido por todos os antigos moradores do Setor Pedro Ludovico como “o pioneiro” do bairro e homem de confiança do “doutor Pedro”, como relatam os moradores.

Personagens como este não aparecem como algo isolado de uma lembrança dispersa, muito pelo contrário, permeiam a memória coletiva e se afirmam a cada nova entrevista, constituindo um campo de referência comum aos moradores. O mesmo acontece com “um jagunço”, conhecido tanto por moradores da Vila Nova como do Setor Pedro como o homem do jipe preto, “capataz do doutor Pedro”, que derrubava os barracos dos ocupantes que não tinham autorização do Estado para construir. É identificado como aquele que autorizava ou não a construção de novas casas nos bairros. Histórias de barracos que pegaram fogo e de muita violência são narradas pelos

¹ Gato era uma espécie de capataz dos coronéis que agenciavam trabalho escravo para as fazendas e, neste caso, vinham buscar migrantes sem recursos que acabavam de chegar a Goiânia e estavam devendo os donos das pousadas.

moradores antigos. Os relatos são lembranças associadas a lugares, ruas, praças, igrejas, cinemas, espaços do bairro, contribuindo como uma base material para construção de sentido, base comum da construção de significados. Tratam-se de práticas humanas objetivadas e revelam a tensão na construção de uma cidade na fronteira, em condição de fronteira, de tantas fronteiras: econômicas, políticas, psicológicas. Uma cidade na periferia da periferia, possível de ser percebida por meio dos relatos de sujeitos também periféricos, invisíveis aos olhos de quem representa o passado dando credibilidade – de verdade histórica – apenas aos discursos dos dirigentes do Estado.

Conforme indica Le Goff (1924), “a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações pode determinar perturbações graves da identidade coletiva”. Neste sentido, lidar com a história oral, com a memória, “com as lembranças lapidadas pelo espírito” (BOSI, 2003), contribui significativamente para o entendimento dos processos históricos e para formação identitária. No caso de Goiânia, cidade que nasce no contexto marcado pela oposição litoral-sertão, onde o registro da experiência vivida encontra-se ligado ao olhar de alguns grupos (até porque estamos lidando com um período em que a grande parte da população tem um baixo nível de instrução), esse trabalho possibilitou, a nosso ver, uma ampliação da investigação histórica a partir dos relatos daqueles que passaram dias no lombo dos burros, ou mesmo chegaram a pé, e construíram comunidades que disputaram os espaços na construção da cidade. Marcaram a cidade e a cidade os marcou. Tal investigação, tendo como base a credibilidade histórica das memórias coletivas, só foi possível porque estes moradores, pioneiros e filhos de pioneiros, possuem um elemento de permanência em suas experiências de décadas, uma base comum: os bairros e a cidade.

A Cidade e nossa pesquisa

Percebemos a cidade como trabalho objetivado, ou práticas sociais objetivadas. Se é verdade que a cidade se assentava sobre um sítio ecológico (fator que pesou na escolha do local para construir Goiânia), o sítio é transformado pela ação humana – desde a intenção de uma nova capital - para se constituir como cidade – ligada a um processo histórico em curso. É nesta perspectiva que Marx (2006), ao analisar a condição humana na obra *Manuscritos econômicos filosóficos* destaca, “o objeto do trabalho é, portanto, a objetivação da vida genérica do homem...quando o homem se duplica não apenas na consciência mas contemplando-se a si mesmo em um mundo criado por ele”, um mundo histórico, acrescentaríamos. No romance *Chão vermelho*, de Eli Brasiense, Joviano diz “_Gosto daqui, Joaquim. Cidade que a gente ajuda a fazer é

mesmo que filho. Ninguém gosta de separar dela” (p.63). Essa referência estende-se ao longo da obra, como nessa passagem sobre o trabalho de Joviano: “Sempre olhava as casas que construía com modos de pai que dava filhos para outros criarem” (p.142). Nos bairros populares viviam muitos operários que construíram a cidade e contemplavam esta cidade nas casas, nas praças, nas ruas, como um mundo criado por eles. A cidade, trabalho objetivado em condições históricas determinadas não só por quem era operário, mas por todas as práticas sociais que faziam a cidade. Na memória dos antigos moradores, em suas lembranças que a história oral e o cruzamento com outras fontes possibilitaram conhecer, encontramos a permanência desse passado, desse vínculo com a construção social da cidade tendo como base comum os bairros populares.

Nesta perspectiva, entendendo a cidade como construção social, estamos definindo como bairros populares aqueles que estavam além do planejamento da cidade, em particular os que se formaram às margens do Córrego Botafogo, e na região Sul. Aqueles que abrigaram os trabalhadores que só tinham sua força de trabalho a oferecer e não possuíam poder direto sobre as instituições que regulavam a normatização do espaço urbano, mas que se afirmaram, lutaram e negociaram.

Interpretamos estes bairros a partir das experiências comunitárias de formação do lugar e sua relação com os planos e decretos, expressão do poder normativo do espaço ora centralizado nas mãos de Pedro Ludovico, o interventor de Vargas, ora mais diretamente nas mãos de interesses particulares de proprietários de terras na nova capital.

O primeiro movimento vai da formação do espaço urbano à consolidação dos primeiros loteamentos fruto de populares que levantaram ranchos fora do plano urbanístico da cidade, dando origem a Vila Nova. O segundo movimento vai de 1947 à formação das novas periferias. Constitui-se por novos instrumentos normativos de expansão urbana, novos interesses de proprietários particulares e se relaciona ainda com uma nova outra experiência por parte dos migrantes na formação do “bairro dos Macambiras”, o Setor Pedro Ludovico.

Nesta busca, por compreender a cidade por meio das práticas sociais concretas, dos sujeitos que se lançaram na construção da cidade, as intenções e as tensões produzidas, encontramos as fontes produzidas pela história oral como possibilidade de ampliação da história da cidade por meio dos bairros aqui recortados, já que nos arquivos oficiais pouco encontramos sobre esses bairros e sobre seus moradores. Como nos lembra Thompson,

[...] com a introdução de novas evidências antes não disponíveis; com a mudança do enfoque da investigação e com a abertura de novas áreas para ela; contestando alguns dos pressupostos dos historiadores

e julgamentos por eles aceitos. Reconhecendo grupos importantes de pessoas que haviam estado ignoradas, dá-se início a um processo cumulativo de transformações. Amplia-se e se enriquece o próprio campo de ação da produção historiográfica (1998, p. 28).

Esta busca foi orientada, do ponto de vista teórico, pela compreensão de que os sujeitos e os grupos sociais, como condição humana, agem, sofrem e, ontologicamente, intencionam suas ações. Ou seja, não há, neste sentido, uma teleologia histórica, mas uma teleologia dos sujeitos e dos grupos. Nas palavras de José Paulo Neto:

Vale dizer, a história não tem uma finalidade imanente e o reconhecimento daquelas intencionalidades, se quiser, os projetos que mobilizam tais sujeitos, afirmam a história como um espaço de tensão entre a necessidade posta pelas determinações sociais concretas e a liberdade posta pelo horizonte de fins que animam os sujeitos (2000, p. 54)

Portanto, seguindo a reflexão de Neto, a história da cidade de Goiânia não tem uma teleologia em si. “Cidade planejada”, “cidade filha da modernidade”, ou qualquer outra denominação que busque essa unidade poderá correr o risco de reproduzir, a nosso ver, a teleologia de determinados grupos, geralmente propagadores de uma “ideologia do progresso”, fazendo oposição a um dito passado de atraso. Para os migrantes que foram atraídos para a nova capital, há distinções claras em suas intenções. Há os que tinham recursos e se apoiaram na proposta do governo para enriquecer, ganhando muito dinheiro com a especulação da terra na cidade que nascia. Por outro lado, há os que não tinham um pedaço de terra para levantar um barraco e vendiam sua força de trabalho por um salário miserável, que aceitavam porque já chegavam fugidos da miséria de outros lugares. Os operários exilados do plano do Arquiteto Atílio Correa Lima, aqueles de que fala o poema de Eguimar Chaveiro. Quando nasceu Goiânia, nasceram muitas cidades, classes distintas, intenções e culturas distintas que o desenvolvimento da cidade, entre os prédios planejados rodeados de asfalto (propaganda estética da modernidade) tornavam, ao mesmo tempo, expressão do limite da modernidade nesta periferia, o que fica evidente quando percebemos o contraste com o “chão vermelho” dos bairros pobres e seus casebres.

Tipologia das fontes

A historiografia há muito rompeu com a ideia de que as fontes podem falar por si. Ou de que é preciso, por meio das fontes, ir em busca do que “realmente aconteceu”.

O que não significa reduzir a importância das fontes, como se os conceitos, ou apenas a narrativa, fossem também autônomos na reconstrução do passado. Na tese de Rusen:

Os conceitos históricos e a linguagem das fontes, na qual o passado como conteúdo da experiência é “real” (isto é, existe empiricamente como resquício), são diferentes e que é dessa diferença que efetivamente se contrói (a partir das distâncias temporais) o trabalho de interpretação histórica (2007, p. 98).

Foi necessário apreender, portanto, o movimento de construção da cidade por meio de diferentes fontes, por meio de conceitos, por nossas questões e hipóteses, delimitado o recorte espacial e temporal. Segundo a indicação de Silva, em seu texto “História dos bairros de Goiânia”, podem ser fontes para este tipo de pesquisa: arquivos das secretarias do município, “entrevista com os moradores, planos e plantas da expansão urbana, a arquitetura dos prédios, pesquisa em jornais e revistas de época, a literatura, as fotos, os filmes...além dos estudos já produzidos sobre a cidade” (SILVA, 2000, p. 147).

Existe um amplo trabalho já desenvolvido acerca da construção de Goiânia. Dialogamos com alguns desses trabalhos em nossa pesquisa e como crítica à historiografia regional. Porém, as fontes primárias fundamentais do nosso trabalho foram as entrevistas com os moradores, as plantas da cidade e os dados quantitativos organizados pela história econômica e pela sociologia, além do romance *Chão vermelho*, de Eli Brasiense, sob o olhar do conceito de fronteira e de particularidade do capitalismo na periferia, tendo como recorte o espaço urbano e em particular os bairros que nos propomos a pesquisar, aqueles que chamamos “bairros populares”.

Na produção das fontes orais, seguimos entrevistas abertas, com perguntas comuns aos entrevistados, conforme sugere Ecléa Bosi (1987), ao lidar com o conceito de memória coletiva de Halbwachs (1926). Segundo o autor, a memória é sempre uma construção coletiva, mesmo em sua expressão mais íntima, como o sonho. Tal perspectiva é fundamental em nosso trabalho, pois percebemos diferentes memórias coletivas dos grupos na construção da cidade. Aproveitamos também outras pesquisas que haviam lançado mão da história oral a partir de perguntas em comum com a nossa pesquisa.

Além da história oral, a literatura também nos ajudou muito. Em particular a obra *Chão Vermelho*, de Eli Brasiense (2002), um romance histórico que trouxe evidências muitos próximas dos relatos dos antigos moradores. Na leitura que fizemos, era como se eles, os pioneiros dos bairros que entrevistamos, estivessem nas páginas desse livro.

Contudo, talvez o mais polêmico desse trabalho seja nossa tentativa de aproximar as narrativas, seja da literatura ou da história oral, da história econômica e do debate sociológico (será frutífero “juntar” estatística e oralidade?). Aliás, os conceitos da sociologia desenvolvidos com o intuito de compreender a particularidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil - como as análises de Francisco de Oliveira - nos pareceram os articuladores da base analítica mais próximos das relações evidenciadas pelas narrativas. Daí chegamos à síntese: “Goiânia, um ornitorrinco no cerrado” (referenciar). Esse bicho estranho que é o capitalismo na periferia e, em particular, na “periferia da periferia”. Algumas ideias foram desenvolvidas nesse sentido. São ideias que o trabalho não teve a pretensão de fechar, mas que, no caminho da crítica que estamos desenvolvendo aqui, qual seja, uma crítica à ideologia do progresso, sustentada também por uma parte da historiografia, nos pareceu sim frutífero.

Algumas provocações que fizemos em aulas de História no Ensino Médio foram base para as inquietações desta pesquisa com fontes orais e outras fontes não oficiais. Ao perguntar para os estudantes sobre o que eles sabiam de História de Goiânia, a maioria dizia não saber nada e uma minoria das turmas que sabia algo tinha a certeza de que Goiânia tinha sido fundada por Pedro Ludovico, governador que fez a transferência da capital. Ponto. Era isso! Estava resolvida toda a orientação sobre o que era nossa cidade. Diferentes dos antigos moradores, que sempre têm muitas histórias/estórias sobre a jovem capital, as gerações mais novas não podem ter esse elemento de permanência marcado no corpo, esta memória constituída nas experiências possíveis em uma cidade de 79 anos (a época das entrevistas). Os mais jovens, em sua maioria, ficam com uma superficial afirmação, fruto da “memória histórica”, preservada por um saber oficial difundido de forma fragmentada e que para a maioria deve até “servir” para fazer alguma prova de concurso. Contudo, a riqueza histórica das trajetórias dos diferentes grupos que objetivaram suas práticas sociais na construção da cidade, não só no concreto, mas nos significados dos espaços, não chega aos que ficam somente com a leitura de “Pedro Ludovico, o fundador”.

Na busca por compreender estas trajetórias e a situação de fronteira nas primeiras décadas da nova capital e, um segundo momento, quando da expansão urbana nas regiões suburbanas, as intenções dos grupos e as tensões provocadas, as fontes orais e outras fontes não oficiais, como a literatura, puderam dar significativa contribuição. Estas fontes, quando cruzadas com as plantas da cidade, os dados da história econômica e os conceitos sociológicos que analisam o desenvolvimento do capitalismo na periferia possibilitaram, a nosso ver, uma ampliação da história de Goiânia.

Nossa pesquisa soma-se aos estudos ligados à História de Goiânia de Goiás que passaram a lidar com as trajetórias das classes populares, consolidando uma crítica a uma História oficial que buscava exaltar a experiência de alguns sujeitos, em particular as novas oligarquias no poder do Estado e a ação de Pedro Ludovico, o interventor de Vargas e seu projeto de modernização. Uma crítica conceitual e metodológica à exaltação da modernização realizada por grupos que disputavam o poder e que foi assimilada por parte da interpretação da experiência histórica, construindo uma história oficial.

No primeiro capítulo, faremos uma breve reflexão sobre História e Memória, buscando evidenciar a legitimidade das fontes orais como base para uma ruptura com a apropriação da memória das experiências coletivas, por parte de alguns grupos no poder que buscam exaltar sua própria experiência e, por meio de uma história oficial, fazem quase desaparecer outros grupos e classes, em particular a experiência das classes populares. Esse recurso metodológico, a História Oral, pode ser forte aliado a uma crítica à Ideologia do progresso. No segundo capítulo, temos um breve panorama sobre os estudos de história de Goiás e Goiânia e seu movimento de superação da ideologia do progresso. No terceiro capítulo, entramos na formação dos bairros populares periféricos, formado por sujeitos periféricos. Base necessária à acumulação primitiva interna que possibilitou a modernização capitalista na periferia, nosso ornitorrinco no cerrado, contou com diferentes experiências populares, produzindo tensão e negociação nos limites da modernização na periferia.

CAPÍTULO 1. MEMÓRIA E HISTÓRIA

Jaques Le Goff, ao fazer uma análise da História da memória, percebe como esta “faculdade humana” foi se exteriorizando na constituição do mundo moderno, saindo dos indivíduos responsáveis pela tradição, os “homens memória”, que mantinham vivas as tradições do grupo e as informações dos acordos entre os povos por meio da oralidade, e ganharam expressão externa a estes indivíduos, principalmente após a “revolução da escrita”, com a invenção e a utilização da imprensa. A exteriorização da memória esteve intimamente ligada às práticas administrativas dos reinos e, ao mesmo tempo, possibilitou o compartilhar de impressões de indivíduos que registraram questões significativas sobre o seu tempo.

No século XIII é acrescentada memorial (que diz respeito, como vimos, a contas financeiras), e em 1320, *mémoire*, no masculino, designando um “*mémoire*” um dossiê administrativo. A memória torna-se burocráticas ao serviço do centralismo monárquico que então surge. O século XV vê o aparecimento de *mómore* nesta época de apogeu das artes memoriae e de renovação da literatura antiga – memória tradicionalista. Em século XVI, 1552, aparecem os *mémoires* escritos por um personagem, em geral de qualidade; é o século em que a história nasce e o indivíduo se afirma (LE GOFF, 1994, p. 460-461).

A exteriorização da memória, sua relação com o conhecimento no mundo ocidental, chega ao seu auge no século XVIII, por meio dos *dicionários*, uma memória fragmentada, tempo da *Grande Enciclopédia*, de 1751. A memória oral ia desaparecendo dos grandes centros e perdendo sua importância.

Com as revoluções que marcam o mundo contemporâneo, tornou-se uma característica dos vencedores institucionalizarem as memórias, o que não significa que isso não existisse antes, basta darmos uma olhada nos registros, por meio das pinturas, das famílias da nobreza, das monarquias. A diferença talvez seja que, antes das revoluções, a exaltação da tradição e do passado como tal, como exemplo de estrutura social em uma perspectiva de permanência do que era e deveria ser o mundo, ou de uma perspectiva cíclica da história, era o central do significado da literatura ou da pintura, ou mesmo dos primeiros embriões da ciência política, como é possível perceber em Maquiavel. Já nas rupturas que seguem os processos revolucionários, trata-se de “olhar para frente”, afirmar o novo!! Há a criação das datas comemorativas, os monumentos, os museus; a necessidade de registrar o que aconteceu para as futuras gerações evidenciando uma disputa pela “memória coletiva” sobre o “marco do novo mundo”, como se fosse a invenção de novas tradições e significados para a vida social levado a cabo pelas burguesias nacionais. Os vencedores registravam “o que aconteceu” e

deveria ser lembrado. A revolução Francesa, em suas diferentes fases, deu a pista para a interpretação de Le Goff:

Mas cedo aparece a manipulação da memória...Apenas três jornadas revolucionárias parecem aos termidoreanos dignas de serem comemoradas: o 14 de Julho, o 1º Vindimário, dia do ano republicano que na foi manchado por nenhuma gota de sangue e, com mais hesitação, o 10 de Agosto, data da queda da monarquia. Em contrapartida, a comemoração do 21 de Janeiro, dia da execução de Luís XVI, não terá êxito: é a comemoração impossível...Na França, a celebração da Revolução deixa-se reduzir a celebração ao 14 de Julho....Suprimida por Napoleão, a festa é reestabelecida, por proposta de Benjamim Rapail, no 6 de Julho de 1880. O relator da proposta de lei declara: “A organização de uma série de festas nacionais, lembrando ao povo recordações que se ligam à instituição política existente, é uma necessidade reconhecida e posta em prática por todos os governos (1994, p. 463).

A institucionalização de espaços para arquivar a “memória nacional”, as festas comemorativas dos eventos que devem ser lembrados, nesta perspectiva evidenciada por Le Goff, nos possibilita uma análise crítica da ideologia. Ora, estas memórias, tomadas como verdades, transformam o interesse de um grupo, do que deve ser lembrado no entendimento desse grupo, na memória de toda a sociedade, ou melhor, como se fosse a memória de toda a sociedade. Muitas tensões desaparecem como se não existissem outras memórias coletivas, outras experiências no movimento da história, a dita memória nacional as substitui. Se a qualificação de nossa experiência no mundo, tanto individual, como coletiva, depende da memória, tal ação de “manipulação” interfere na representação que fazemos de nós, bem como nas possibilidades que projetamos frente às ações que sofremos no mundo. Evidenciar tal manipulação já diz muito sobre os processos históricos e sobre as relações de poder.

Se os revolucionários querem festas comemorando a revolução, a maré da comemoração é sobretudo um apanágio dos conservadores e ainda mais dos nacionalistas, para quem a memória é um objetivo e um instrumento de governo. Ao 14 de Julho republicano a França católica e nacionalista acrescenta a celebração de Joana d’Arc. A comemoração do passado atinge o auge na Alemanha nazista e na Itália fascista (LE GOFF, 1994, p. 463).

Esta manipulação é tão forte que a construção da História na sua afirmação como ciência acabou por ter os documentos de Estado, os acordos, os decretos, como imagens fidedignas da realidade. Será que não se tratava, em muitos casos, de algumas memórias coletivas dos vencedores institucionalizadas, se afirmando, ideologicamente, como “a verdade histórica”? Agora mesmo, durante a comemoração dos 82 anos da cidade de Goiânia, neste ano de 2015, houve uma missa na Praça Cívica que recordava o batismo cultural de 1942, assim como os festejos na Av. 24 de Outubro, com cortejo

militar e tudo que se tem direito nas datas comemorativas nacionalistas. Aliás vale lembrar que esta data foi uma homenagem de Pedro Ludovico ao golpe de Estado dirigido por Vargas, inventou-se, pois, uma tradição comemorativa. Nestes festejos, historiadores são chamados a reforçar a memória histórica e, para tanto, lançam mão dos documentos oficiais da transferência da capital, do batismo cultural, do projeto arquitetônico.

Não que tais documentos não sejam importantes, pelo contrário. A análise crítica dos documentos, como “monumentos”, carregados de intenções a serem questionadas, perseguindo os vestígios históricos, sendo mesmo sua ausência algo que pode dizer muito dos processos históricos, colocando a investigação, por meio de documentos oficiais, em condição de se aproximar da realidade complexa analisada de uma forma satisfatória. Contudo, se percebermos a história movida pelas tensões de diferentes grupos, com suas diferentes teleologias, seria prudente perguntar: Como saber das intenções, ações e sofrimentos dos grupos que não as registraram na história dita oficial? Somente pelo registro dos que detinham o controle normativo do Estado? Dos meios de comunicação? No caso da nossa busca por compreender a cidade de Goiânia nas primeiras décadas de sua formação, nesta perspectiva, poderíamos nos perguntar: Quais eram os grupos na formação nesta cidade nova de fronteira? Quais eram suas intenções ao se moverem na/para construção da cidade; quais foram suas ações e quais tensões produziram entre si? Esta realidade será sempre mais complexa que o nosso esforço em se aproximar dela, é o que nos parece, mas é uma grande questão na busca histórica da construção da cidade.

No Museu da Imagem e do Som de Goiás, referência importante para os pesquisadores, não encontramos fotos da Vila Nova e de seus moradores, não encontramos fotos da Liga dos Amigos da Vila Nova, ou da fazenda Macambira. Aliás, encontramos poucas fotos de trabalhadores, de negros, de nordestinos. Esta ausência nos diz muito sobre o sentido dos registros. Os fotógrafos Fachstemberg e Hélio de Oliveira fizeram registros oficiais, estavam ligados diretamente aos projetos dos idealizadores da nova capital.

Poderíamos nos perguntar quem eram os engenheiros, os fotógrafos, os funcionários do governo, os professores, os operários, os agentes de polícia, entre outros, e, por meio destes grupos, investigar suas intenções, suas projeções sobre a realidade, suas ações e em que medida estas ações entraram em contradição ou acordo com outros grupos. A nossa opção aqui, porém, é de procurar as intenções e ações a partir de alguns bairros populares. A unidade para interpretar o processo são as intenções e as ações dos moradores em relação ao controle normativo exercido pelo

Estado em todas as suas expressões concretas (policiais, jagunços, padres, pastores, fiscais, secretários de governo, associações de moradores) e para seguir esse caminho identificamos alguns eixos fundamentais:

1. Reconhecer que existem grupos que controlam instrumentos de poder hegemônicos, normativos, que se materializam na ação orientada pelo Estado, em particular nesse período histórico, movidos pelos anseios de planejar de forma coercitiva o desenvolvimento econômico e social.
2. Reconhecer que as forças políticas que atuaram à frente do Estado na construção de Goiânia estavam ligadas diretamente a processos da modernização capitalista no Brasil, momento de redefinição política, ou das “fronteiras políticas”, adequando-as às fronteiras econômicas particulares à periferia capitalista, à hegemonia da burguesia industrial do Sudeste, por meio da tensão com as oligarquias “regionalistas”, em nosso caso, tendo os Caiado como expressão maior dessa “regionalidade” deslocada do poder do Estado.
3. Ao migrarem para a construção da cidade e organizarem o seu lugar de moradia e participarem da construção de alguns bairros populares e da cidade, os moradores desses bairros, reconhecidos pela própria comunidade ainda hoje como “pioneiros”, ou filhos de pioneiros, produziram experiências compartilhadas que tiveram uma base comum de permanência nas vivências e nos eventos que marcaram a vida no bairro, onde eles permaneceram. Tal experiência comum faz com que eles compartilhem lembranças que têm o bairro como base comum, base de uma memória coletiva possível de ser apreendida por meio da oralidade.
4. A História Oral pode dar importantes contribuições para a História do tempo presente, contudo, não se trata aqui de uma “disputa de legitimidade das fontes”, como se a História Oral fosse base para produzir uma “outra história” que se contrapõe necessariamente aos documentos oficiais, as estatísticas, as metanarrativas. Trata-se, antes disso, da possível ampliação do quadro interpretativo, de uma maior aproximação da realidade complexa, democratizando a expressão e a compreensão de diferentes memórias coletivas.

1.1. Memória Coletiva e os Outros Pioneiros...

“Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós”.

Todos nós, na condição de indivíduos, nos orientamos por nossa memória daquilo que organizamos das nossas lembranças sobre nossa experiência, e produzimos por meio da linguagem narrativas sobre nossas próprias histórias de vida, qualificamos nossa experiência temporal, afirmamos e negamos processos de nossas trajetórias para agir no mundo e lidar com ações do mundo que nos afetam. Da nossa experiência individual não guardamos tudo que vivemos em nossas lembranças, nossas memórias são seletivas. São as nossas experiências no mundo a base de nossa memória, das nossas recordações. Tais experiências são fruto de relações sociais, por isso talvez Halbwachs (2006) afirme que nunca estamos sozinhos. Carregamos em nós os outros. Ou, como diria, Gonzaguinha: “sou a soma das lições diárias de tantas outras pessoas”. No limite, podemos concordar com Halbwachs (2006) que a memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, a partir daquilo que o autor vai denominar de “intuição sensível” que pode transitar entre diferentes grupos.

Então, nessa perspectiva, o que é a memória coletiva? É fundamentalmente a experiência no grupo e seus elementos de permanência. Nossas experiências nos grupos são compartilhadas de forma desigual, mas guardam, em alguns casos, uma base comum que constitui a memória coletiva por meio das permanências do grupo em nós. A nossa formação acadêmica, a militância política, a vida comunitária no bairro, as migrações em grupo, a vida religiosa, a família, entre outras, são bases comuns de nossa experiência social.

Não se trata de qualquer grupo. Podemos transitar em vários grupos e guardar pouco daquela experiência em nossa memória. Isso acontece porque, segundo Halbwachs, em muitos casos tratam-se de experiências desigualmente compartilhadas. O significado daquela experiência era um para mim e era outro para o outro, ou os outros. A experiência compartilhada e as permanências são os elementos da “base comum” do que Halbwachs irá definir como memória coletiva. As lembranças são, assim, também compartilhadas, bastando uma “semente de rememoração”. Já quando a experiência é desigualmente compartilhada, sem os elementos de base comum, a rememoração não possibilita a lembrança. O retorno à escola onde estudei ou o contato com o bairro não bastam para possibilitar a lembrança, caso não haja a base comum na permanência da experiência.

Para que nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com memórias deles e que

existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. Não basta reconstruir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando deste para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Que importa que os outros estejam ainda dominados por um sentimento que outrora experimentei com eles e já não tenho? Não posso mais despertá-lo em mim porque há muito tempo não há mais nada entre mim e meus antigos companheiros (Halbachs, 2006, p. 39).

Os migrantes que vieram nas primeiras décadas de formação da cidade de Goiânia possuem uma base comum de experiência que permanece: a chegada, os sofrimentos para se estabelecerem, a formação do bairro, a tensão com o poder normativo, o lazer. Eventos, momentos compartilhados que permanecem vivos pelo que significaram nas trajetórias destes grupos que se lançaram na construção do novo, produzindo um significado para suas vidas, a utopia e a possibilidade de uma vida melhor longe das dificuldades da vida no Nordeste brasileiro.

Há também uma base material, o bairro, as praças, a Igreja, o mercado, que são externos aos sujeitos, mas são práticas sociais destes sujeitos que, ao habitarem o bairro no momento de sua construção e, permanecendo nele, fazem de suas experiências parte da existência do bairro, *o bairro não existe em si, existem pessoas que o construíram* e o constroem, grupos, classes, poder político normativo. Se, por um lado, a ideologia mudancista lançou a propaganda da nova capital como ideologia do progresso, da unidade da integração, da modernização; por outro, os migrantes construíram expectativa de uma nova vida longe das amarguras e dificuldades da terra de origem, produzindo experiências distintas, em tensão e negociação com o poder normativo, as oligarquias no poder.

As memórias coletivas captadas por meio da história oral e sua comparação com outras fontes podem ser um bom caminho para a ampliação da história e para uma crítica à ideologia do progresso, que, no caso da história de Goiânia, se confunde com a exaltação da mudança da capital e da construção de Goiânia como uma epopeia maravilhosa dirigida por políticos visionários e engenheiros brilhantes, todos em nome da felicidade do povo goiano.

CAPÍTULO 2. GOIÂNIA E A PESQUISA REGIONAL PARA ALÉM DA IDEOLOGIA DO PROGRESSO: AFIRMAÇÃO, NEGAÇÃO, SUPERAÇÃO.

“Eu sou a soma das lições diárias de outras tantas pessoas”

Gonzaguinha

Todos os historiadores que se dedicam, ou se dedicaram, à investigação da história regional, com foco em Goiás, são devedores, em certa medida, dos esforços de Luis Palacin que trouxe as primeiras sistematizações de uma nascente historiografia regional. As fontes mais utilizadas pelo autor foram os relatos dos viajantes naturalistas do século XIX, os decretos dos governos, os levantamentos de senso econômico. É conhecida entre nós a tese da decadência desenvolvida por Palcin. A região que fora, até 1749, Capitania de São Paulo, tornou-se, por força da necessidade da Monarquia em controlar as minas de ouro, uma região delimitada no sentido administrativo. Assim também foi o caso de Minas Gerais e Mato Grosso.

Após o auge da mineração teria vindo a decadência, e Goiás cairia então no isolamento. Após uma fase de grande penúria, iniciou-se uma agricultura de subsistência e uma economia de criação de gado que ganhou dimensão no comércio nacional. O gado “rompia o isolamento”, não precisava de estradas e de logística de transporte, era uma “mercadoria que se autotransportava”, claro, isso se não levarmos em conta o trabalho dos tropeiros, dos peões que passavam dias cortando o país, a serviço de algum grande proprietário de terras e de gado.

“Isolamento e decadência” talvez seja o binômio interpretativo que possibilitou afirmar o que viria depois, ou seja, a integração à nação e o progresso. Isto, na medida que avançava a estrada de ferro, que as oligarquias do sul interessadas na integração comercial com Minas e São Paulo assumem o poder do Estado, por meio da intervenção de Vargas.

A base dessa interpretação são os relatos dos viajantes. Estas fontes, antes de serem utilizadas pela historiografia, foram bem utilizadas pelos grupos interessados, já no século XIX, na mudança da capital. No século XX, com as forças “mudancistas” no poder, a partir da intervenção de Vargas, o discurso do atraso ganhou uma nova dimensão. Era como se o caiadismo e as oligarquias que controlavam o Estado tivessem estendido o atraso no tempo, no espaço e nas práticas autoritárias. A velha Vila Boa, no discurso mudancista, era o símbolo do atraso. As condições insalubres, as condições geográficas limitadas entre as serras, a cidade era já vista nos relatórios do século XIX como uma futura “necrópole”, e tais questões foram destacadas por Pedro Ludovico

como evidência de que a transferência da capital era uma necessidade, um anseio antigo que agora iria se realizar. Vamos por partes: Assim se referiu à Vila Boa Rodolfo Gustavo da Paixão, em 1890, quando era Presidente do Estado:

[...] visto como a água viscosa deste ribeiro, despejo e lavadouro da população, não é nem pode ser, convenientemente, distribuída às casas, porque a fornecida pelo único chafariz existente e parcas fontes, carece das condições de abundancia e potabilidade, desprovida de bom sistemas de esgotos, capaz de evitar o uso prejudicialíssimo das latrinas perfudadas no terreno, onde as matérias fecais, sem escoamento entram em rápida decomposição e exalam deletérios miasmas, e absorvidas pelo sub-solo, bastante permeável, comunicam-se com os poços de serventia, de ordinário abertos nas proximidades daqueles focos de infecção, a decadente Vila Boa, hospeda em seu seio poderosos agentes de destruição, que há de em breve, transformá-la em vasta necrópole, onde a morte capeia com todo o seu cortejo de horrores (LIMA *in* CHAUL, 1988, p. 66)

Tendo como pano de fundo o histórico debate acerca da insalubridade e da inviabilidade econômica da antiga Vila Boa, Pedro Ludovico trilhou, dentro do projeto dirigido por Vargas - que contava com os interesses das oligarquias das região sul e sudoeste do Estado - a justificativa para os planos de uma nova capital.

A primeira grande obra sobre história de Goiânia assume esse ponto de vista. Era o ponto de vista de quem se posicionava no calor dos acontecimentos, tomando um dos lados da disputa que se deu em torno do debate sobre a transferência da capital. A obra de Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, *Como nasceu Goiânia*, foi publicada em 1938. Os relatórios dos Engenheiros Urbanistas, Atilio Correa Lima e Armando de Godoy, e as posições políticas de Pedro Ludovico são apoiadas pela autora contra as *forças antimudancistas*. Logo após o decreto que encarregou Atilio Correa Lima da elaboração do projeto, comerciantes e políticos da Cidade de Goiaz entraram com pedido de revogação do decreto. Ofélia Monteiro assumiu um lado e parabenizou a “ditadura esclarecida de Pedro Ludovico” pela firmeza em manter o decreto.

Enquanto Dr. Pedro Ludovico, com pulso forte, ia levando avante os serviços para a construção da nova Capital, continuavam os *antimudancistas* da Cidade de Goiaz a procurar todos os meios de lhe entrar a ação (MONTEIRO, 1938, p. 78).

Sobre Pedro Ludovico ter determinado o arquivamento do recurso contra a mudança da capital, Monteiro novamente se posiciona, parabenizando a firmeza do interventor.

Aliás, outra não seria, por certo, a solução que se deveria esperar do espírito esclarecido e reto do eminente chefe da ditadura, diante de um recurso descabido, injustificado, que os recorrentes pretenderam

amparar com argumentos fúteis, sem base, destrutíveis a mais leve análise.

Notificando o fato não nos podemos furtar à satisfação de externar aqui os nossos calorosos parabéns ao Exmo. Snr. Dr. Pedro Ludovico, preclaro interventor do Estado, por mais essa expressiva demonstração do acerto da obra grandiosa e altamente patriótica que empreendeu e galhardamente vem executando em benefício dos goianos. (MONTEIRO, 1938, p. 82)

Esta crítica, da parcialidade dos estudos de Monteiro, já foi feita bastante por outros estudos, aqui nos importa delimitar que esta obra pode ser classificada como de exaltação a Pedro Ludovico e à mudança da Capital. Monteiro não está indiferente às tensões do seu tempo, e compreende o projeto e execução da nova capital como obra de esclarecimento, racionalidade e modernidade. É o progresso contra o atraso. Cabe aqui registrar a grande importância documental desta obra. Não há estudo dedicado à história de Goiânia e de Goiás das décadas de 30 e 40 que não guarde uma dívida com a preciosa organização dos documentos feita por Monteiro (1938).

Outra obra que pode assim ser classificada é o livro do jornalista Geraldo Gonçalves Alvares de 1942. Se o trabalho de Monteiro (1938) é uma exaltação a Pedro Ludovico, o trabalho de Alvares é uma exaltação à atuação dos engenheiros, como o próprio título e subtítulo sugerem: *A luta na epopéia de Goiânia, uma obra de engenharia nacional*. Vejamos a definição da obra pelo próprio autor:

É um resumido documentário, que talvez possa ser útil aos futuros historiógrafos: - contêm dados e elementos extraídos dos relatórios autênticos, dos estudos e dos trabalhos que se fizeram, de meados de 1934 até fins de 1938, elaborados e executados no decurso das obras de urbanização de Goiânia [...] no afogadilho dos exaustivos trabalhos que lhes foram confiados (ALVARES, 1942, p. 08).

É incontestável o valor documental do trabalho de Alvares, não há estudo relevante que trate do período que não tenha bebido nas fontes organizadas pelo jornalista. Contudo, é assustador como o autor, ao exaltar os engenheiros, os quadros técnicos responsáveis por lidar com adversidades da construção do projeto da nova capital, não tenha percebido com a mesma intensidade as difíceis condições dos operários, mesmo quando os documentos tratam da questão. Era como se a saga da nova capital fosse realizada pelo esforço e genialidade de engenheiros urbanistas e as condições dos operários fosse um detalhe sem importância.

Ele relata os atrasos nos pagamentos dos operários e a saída encontrada pela administração por meio dos “vales”, por meio dos quais os trabalhadores recebiam “autorizações de pagamento” que passavam a circular como título de crédito pela

cidade, o que levava à perda de 20% a 40 % dos salários. Após detalhar tal situação e como ela dificultava as obras da nova capital, Alvares conclui:

Outros fatos curiosos poderiam ser narrados, em consequência das flutuações dos adiantamentos de verbas, necessários ao ritmo normal das obras. Não caberia entretanto, nesta reportagem, cuja intenção é somente registrar alguns deles, mais interessantes, para os historiadores do futuro, se lembrarem das afobações, das angústias, dos atropelos desses jovens engenheiros que assumiram, mais pelo patriotismo e pelo amor a sua terra do que pelo interesse, os pesados encargos de planejar e de construir uma cidade (ALVARES, 1942, p. 70).

No que podemos constatar, vários trabalhos de exaltação da experiência da transferência da capital foram publicados e muitos encontram-se na Biblioteca Municipal Marieta Teles, o maior arquivo de História de Goiás que encontramos, assustadoramente, muitas vezes, ignorado pela academia. Palacin (2001) autor da obra sobre história de Goiás que mais se popularizou, historiador já mencionado, reconhece Goiânia com um marco histórico, mas lamenta que ela não tenha encontrado a modernidade esperada, a industrialização.

Ao que parece, foi a partir da década de 80 que trabalhos de pesquisa com um olhar mais crítico à ideologia do progresso foram publicados. É desta década o projeto *Memória Social dos Trabalhadores da Construção de Goiânia*, publicado em dois volumes pelo Centro de Estudos em Cultura Popular, coordenado pela professora Clyse Louise Wiederhecker (1987), contendo entrevistas orais com trabalhadores na construção de Goiânia, bem como estudos sobre ocupação urbana.

Também é desta década a dissertação de Nasr Chaul, *A construção de Goiânia e a Transferência da Capital* (1984). Neste trabalho, Chaul destaca em um dos capítulos “A outra história dos outros construtores: os operários”. Esta abordagem da década de 80 parece ter uma coisa em comum: aponta uma preocupação com a memória da classe trabalhadora e tem uma forte influência do marxismo. A ideia de uma memória dos subalternos, da classe trabalhadora, permeia estes trabalhos.

Do final da década de 80 para início da década de 90, destacam-se já os trabalhos da história cultural, dos estudos do cotidiano da microhistória em contraposição às grandes narrativas. Neste sentido, também podemos perceber os trabalhos de Genilda D’arc Bernardes. Já do final da década de 80, na travessia, há os dois elementos do processo, classe trabalhadora e cotidiano, *Construtores de Goiânia, O cotidiano no Mundo do Trabalho* (1989).

A partir daí, vários trabalhos de diferentes áreas passaram a levar em conta as intencionalidades dos sujeitos, dos grupos, as diferentes culturas. Neste sentido, perde força a ideologia do progresso e a exaltação de um único grupo como heróis da

modernidade. Ou seja, trata-se da crítica a esta perspectiva por meio de outras fontes, capazes de produzir uma outra história, ou uma crítica à ideologia do progresso, possibilitando vozes aos grupos excluídos da História oficial, ou fazendo a crítica das intenções dos grupos, das classes. Intenções estas que foram escondidas pelo discurso de exaltação mudancista.

Os estudos de Itami Campos (2002), ao tratar da transferência da capital, evidenciam a estratégia política por trás da desqualificação da Cidade de Goiás, antiga capital. Era necessário, na verdade, deslocar o centro do poder político da capital do referencial construído pelas oligarquias derrotadas e essa era a questão central. Tal contribuição interpretativa nos auxilia muito, pois percebe o processo para além dos discursos mudancistas. Campos demonstra que 82% dos presidentes tinham sua origem na Cidade de Goiás e que toda uma cultura de poder dos Caiado estava presente na cidade.

Campus (2002), ao final de sua análise, reafirma a utilização desta estratégia pelas palavras do próprio Pedro Ludovico, mesmo que “Em toda discussão da mudança da capital e durante a sua construção, Pedro Ludovico não mencionou uma só vez a questão política como tendo alguma influência”, em 1942 com a cidade efetivada, Pedro Ludovico reconhece os interesses políticos da mudança da capital.

Confesso, fazendo justiça a velha Goiás, que não foram motivos de ordem sanitária que pesaram no meu espírito para retirar-lhe a primazia de ser a metrópole goiana. É um centro urbano relativamente saudável, apenas com uma endemia de paratifo, como se dá em inúmeras cidades e capitais do Brasil. Causas de origem econômica, política e social influíram poderosamente para que lhe cerceasse o privilégio de que usufruía. (TEIXEIRA, op. cit., p. 11 in CAMPOS, 2002, p. 81)

O que percebemos da historiografia que trata da construção de Goiânia, no que se refere à possibilidade de ir além da ideologia do progresso, interpretando as trajetórias, intenções e ações dos populares², é que existem passagens que evidenciam as condições difíceis por que passaram os operários, como destaca Chaul (1984), naquilo que denominou de outros construtores. Existem trabalhos que se dedicaram à memória e ao pertencimento na relação com um bairro, como fez Silvia Mattos, no seu estudo sobre a Vila Nova. Já Luiz Sergio Duarte da Silva (2000), no artigo intitulado *História dos bairros de Goiânia*, indica o sentido que mais nos interessou para nossa pesquisa, a relação entre espaço e sociedade na construção histórica da fronteira. Esta relação possibilitou compreender a cidade como construção social e perceber os limites das interpretações que enquadravam Goiânia, mesmo na crítica correta à exploração sofrida

pelos operários, em uma modernidade que não correspondia às experiências dos sujeitos.

No capítulo dedicado aos operários, “Construtores anônimos”, Chaul (1988) identifica uma exploração capitalista dos operários, aproximando-se dos migrantes e da tensão. “As práticas capitalistas haviam sido bem apreendidas pelos executores da capital”, afirma o autor, identificando, inclusive, vários movimentos de greve, entre 1934 e 1936. A partir dos registros do departamento de obras destacados na obra de Alvares (1942), identifica que de fato haviam relações capitalistas de exploração do operariado. Em que pese a importância desta análise, ela não alcança, em nosso entendimento, a dimensão da fronteira, na perspectiva que a apreendemos, seja por não se dedicar a pensar a particularidade desse capitalismo na periferia, seja por não ter como parte da análise a tensão entre os moradores dos bairros populares e os idealizadores da cidade.

Silvia Mattos (2012), mestre em história pela Universidade de Brasília, ao estudar a Vila Nova, refletiu e trabalhou com memória. Evidenciou lugares de pertencimento dos primeiros moradores do bairro, como lugares de memória. De fato, uma outra história, onde os conceitos são encarnados nas falas de antigos moradores e revelam outros sentidos da cidade para os migrantes que construíram o bairro, mesmo não sendo a construção do espaço urbano o centro de sua pesquisa. O trabalho da autora identificou muitas das tensões vivenciadas pelos migrantes. Tal trabalho se coloca, nesse processo de uma “outra história”, para além da ideologia do progresso.

Cristiano Arrais, em trabalho que carrega um peso importante em torno do debate da historiografia regional, com imersões teóricas significativas acerca do conceito de fronteira, tem como fonte os jornais da oposição que circulavam pelo Estado. Percebendo a continuidade das práticas de coronelismo nas ações das “novas oligarquias” no poder, Arrais busca, por meio de crítica ácida à historiografia centrada nos documentos do arquivo pessoal de Pedro Ludovico, evidenciar as velhas práticas de violência tão criticadas pelos ditos “arautos da modernização e do progresso”. A crítica sobre a obra *Pedro Ludovico, um tempo, um carisma, uma história*, de Maria Cristina Teixeira é significativa.

Ora, ao que me parece, ao tentar retratar a revolução de 1930 em Goiás sob a ótica da teoria Weberiana, a obra de Machado (1990), por exemplo, parece não ter se atentado para algumas armadilhas dríadas por este mito. Tendo como fonte principal as memórias escritas de Pedro Ludovico (cartas particulares, biblioteca etc) e documentos de seu arquivo particular – no qual enfatizo o grande mérito de o ter organizado – a autora parece ter se deixado levar por uma documentação que na otinha qualquer interesse em desprestigiar a memória do ex-interventor [...] (ARRAIS, 2003, p.19).

Contudo, nas palavras do próprio autor:

Pretendo elaborar uma outra forma de interpretar a construção da nova capital. *Forma esta que não tem como produto de origem o seu espaço urbano* – já que como pude afirmar no primeiro capítulo deste trabalho, ela se mostrava dominada pela figura do interventor [...] (ARRAIS, 2003, p.68, grifo nosso).

Eliézer Cardoso (2005) analisou bem os diferentes textos mudancistas, ou neo-mudanciastas, e sua expressão na historiografia e na literatura, tendo como eixo a relação entre o “moderno e o atraso” nas imagens produzidas, desde a ação dos que estavam diretamente envolvidos na luta política pela mudança da capital, até a forma como a historiografia assume, segundo o autor, esta imagem, de Goiânia como cidade moderna, imagem assumida como verdade. Trata-se de uma análise do discurso.

Seja para se referir aos aspectos negativos dessa modernidade, posição que Cardoso percebe no texto de Bernardes (1989), ou seus aspectos positivos, contudo insuficientes, que seria a posição de Luiz Palacin, Cardoso interpreta que a imagem de Goiânia, cidade moderna em oposição ao atraso, é produzido pelos mudancistas no embate político e se “cristaliza” nos diferentes textos historiográficos. Nas metáforas da realidade presentes na literatura, Cardoso vê a possibilidade de ir além do “reducionismo mudancista”, percebendo a ação e os sofrimentos dos moradores na construção da cidade, revelando suas trajetórias de origem rural, os sentimentos de realização por participarem da construção da cidade e, ao mesmo tempo, suas insatisfações com esse ambiente urbano.

No período que vai de sua construção até o início dos anos 60, Goiânia possuía características provincianas, e os valores de seus habitantes eram semelhantes aos dos moradores da centenária Campinas. Apesar disso, nesse período, imbuídos de um pensamento que aliava saber racional à política, os mudancistas criaram a imagem de “cidade moderna” para Goiânia, com um discurso fundamentado em termos metonímicos: as partes modernas (planejamento urbano e arquitetônico) eram suficientes para definir o todo (CARDOSO, 2005, p. 196).

O que Eliézer Cardoso, fundamentado na análise do discurso, denomina de “discurso metonímico”, é a expressão e construção discursiva do que estamos interpretando aqui como ideologia do progresso.

2.1. A não realização das promessas da modernidade e o movimento de superação da ideologia do progresso

A nosso ver, a ideologia do progresso tem uma base em relações sociais concretas, ligada ao desenvolvimento do capitalismo, ao mundo industrial urbano, às tecnologias, ao avanço dos meios de comunicação, à ampliação dos mercados. Os interesses da burguesia industrial, comercial e financeira vão se impondo como interesse de toda a sociedade e a ideia de progresso liga-se ao desenvolvimento econômico. O saber científico é também expressão desse processo. Basta lembrar o quanto a ciência do século XIX contribuiu para produzir uma imagem da inferioridade nos negros da África, e o quanto esse conhecimento serviu como justificativa para as teorias do “fardo do homem branco” de levar a civilização aos povos inferiores.

Mesmo os grupos organizados e críticos a esta perspectiva viviam (e ainda vivem) relações concretas dominadas pela burguesia industrial, e, neste sentido, não podiam libertar a consciência destas relações concretas. Ou seja, ao combater a burguesia industrial, travavam a batalha utilizando as “lentes e as armas do inimigo”. Na tradição marxista, por exemplo, o discurso do desenvolvimento das forças produtivas tornou-se quase um fetiche que levou ao projeto de alianças com setores da burguesia nacional, como uma “aliança para o progresso”. Importada para os países de capitalismo periférico, a ideia de cumprir as “etapas” da modernização capitalista foi perseguida por estudiosos e militantes socialistas ou social democratas.

O trabalho de Nascir Chaul, por exemplo, um dos mais completos estudos do nascimento da cidade, é efetivamente de inspiração marxista, e quando apresenta o estudo “A construção de Goiânia e a transferência da capital”, como recorte de 1930-1937, o autor defende a tese de que se trata de um período de TRANSIÇÃO. Aqui já está evidenciado, em certa medida, que não há a realização da modernidade prometida, contudo, vejamos, não se realizou por se tratar de um período de transição, ou seja, não se realizou ainda! A pergunta seria: transição para onde? Para a modernidade? Que modernidade seria essa? A transição na perspectiva de Chaul:

Assim, não discordamos de Eliane Dayrell quando destaca a participação das classes médias e o ideal burguês na visão de mundo capitalista, penetrando em Goiás. “Positivamente a penetração do capitalismo supõe ao mundo agrário o padrão urbano”. A construção de Goiânia bem expressa tal afirmação. Por outro lado também concordamos com a historiadora Ana Lúcia da Silva quando observa que a Revolução de 30 significou uma alternância de oligarquias no poder tomando por base a continuidade da produção com origem na posse da terra. O que nos parece mais admissível porém, é que se trata de um período de TRANSIÇÃO (1930-1937), político, econômico, social e ideológico. Nesse período, podemos observar que os elementos do “velho”, configurados na Primeira República, se mesclam com o pretense “novo” do pós-30. (CHAUL, 1984, p. 52)

Em todas essas obras da historiografia regional, contudo, há um embrião da superação da ideologia do progresso, em um processo de superação latente devido à não realização concreta da utopia moderna. Quando Chaul (1998) percebe a relação entre o rural e urbano, quando Bernardes (1989) trata de condições particulares da periferia capitalista, ou na análise com base na história cultural produzida por Cardoso (2005), ou mesmo da busca por evidenciar a violência e o coronelismo da ação de Pedro Ludovico, a partir dos jornais da oposição, trabalho de Cristiano Arrais, há em comum o processo de movimento da consciência historiográfica no sentido de superação da ideologia do progresso. Alimentamo-nos desse debate coletivo e lançamo-nos nele como possibilidade de colocar mais lenha nesse movimento.

Percebemos, a partir dos estudos sobre a formação e expansão urbana de Goiânia, uma particularidade de nossa modernidade e não uma realidade que iria transitar para uma modernidade tal qual os países da matriz do capitalismo. Trata-se dos limites de nossa modernidade, daí a importância do diálogo com os trabalhos de Florestan Fernandes (1987) e Francisco de Oliveira (2009).

Da nossa parte, destacamos a história de alguns bairros populares na formação e expansão urbana de Goiânia, em dois movimentos marcados por duas diferentes experiências populares. Neste estudo, a particularidade de uma cidade nova de fronteira na periferia capitalista, teve, em nosso entendimento, os bairros populares, fora do plano original, base territorial de uma “acumulação primitiva interna” necessária à modernização nessa periferia, são os limites de nossa modernização. Dialogamos diretamente com estudos sobre a construção do espaço urbano de Goiânia e percebemos tensão e negociação na formação do espaço urbano. Esperamos dar alguma contribuição, assim, a uma História para além da ideologia do progresso.

CAPÍTULO 3. GOIÂNIA: ALGUNS BAIRROS POPULARES NA CONSTRUÇÃO DA “PERIFERIA DA PERIFERIA” CAPITALISTA: DOIS MOVIMENTOS

Andar por uma cidade nos leva imediatamente a ver praças, prédios, ruas avenidas, uma superfície que não revela, ao olhar apressado e cotidiano, o movimento da História: os sujeitos e grupos que se lançaram na construção da cidade, suas intenções e ações – suor, luta, desejo, ambição, realização e frustração! - A cidade como práticas sociais objetivadas. Não, o que vemos é o concreto! A transformação, a construção da cidade constitui-se a partir das trajetórias dos sujeitos, dos grupos, das classes sociais, mas eles não são vistos ali no concreto das casas, dos prédios, das avenidas. As entrevistas com antigos moradores de alguns bairros populares revelaram para nós um universo de intenções e tensões de uma história viva, trazendo uma imagem para além do concreto aparente. Tais relatos nos levaram a perceber o movimento concreto particular de um quadro geral traçado pela História política e econômica por meio de estatísticas, conceitos e categorias que buscaram apreender a modernização na periferia capitalista. A questão que nos orienta na primeira parte desse capítulo é: Qual a relação entre o momento da modernização industrial brasileira, sob a hegemonia do Sudeste brasileiro, e os bairros populares em uma cidade nova de fronteira na periferia da periferia?

De fato, Goiânia é uma cidade nova de fronteira (SILVA, 2006) e o movimento histórico de construção da fronteira insere-se nas particularidades de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, na periferia do sistema. Fernandes (1987) irá interpretar essa condição particular em uma “dupla articulação”, entre a dependência externa, pautada na exportação primária, e o desenvolvimento industrial interno limitado, condicionado a manter “nichos” capazes de atender à reprodução da força de trabalho interna e às demandas do capital externo e local, com divisões regionais significantes. A possibilidade dessa modernização só foi possível para o autor devido à superexploração do trabalho, impossibilitando uma democracia burguesa clássica (FERNANDES, 1987).

Segundo Fernandes (1987), a constituição da dominação burguesa no Brasil não se deu por meio de uma ruptura com o “antigo regime”. Muito diferente do modelo clássico de Revolução Burguesa, no Brasil ocorre uma simbiose, onde um setor da própria oligarquia se moderniza e a burguesia se constitui em um ambiente “provinciano”, dominado socioculturalmente pela oligarquia. Quando se manifestava de forma a defender ideias modernizadoras e republicanas, a burguesia fazia mais uma tentativa de se apresentar assim do que algo condizente com a realidade efetiva.

As representações ideais da burguesia valiam para ela própria e definiam um modo de ser que se esgotava dentro de um círculo fechado. Mais que uma compensação e uma consciência falsa, eram um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e civilização (FERNANDES, 1987, p.206)

Reconhecemo-nos também nas análises de Oliveira (2003), pois nelas encontramos indicativos fortes para interpretar as trajetórias de trabalhadores rurais e urbanos que adensaram os bairros na construção da fronteira, delimitando frações de classe subproletarizada (atuando e sofrendo a violência) na luta pela realização da sobrevivência e dos sonhos na construção da cidade, um quadro geral da modernização capitalista nesta periferia, que precisa ser analisado a partir das particularidades desta região de fronteira para nos encontrarmos com Goiânia das décadas de 40 e 50.

A conciliação entre os interesses das elites agroexportadoras com os interesses industriais, sem romper com interesses da burguesia internacional, só seria possível com uma base material que gerasse o excedente, uma espécie de “acumulação primitiva” interna da periferia. Esta base material Oliveira (2009) vai buscar na própria dinâmica interna da luta de classes e de onde é possível a real produção de riqueza, no trabalho.

Por um lado, o alto contingente de trabalhadores que migravam para as cidades compunha a formação de um “exército de reserva”, necessário à acumulação, regulados pela nova legislação trabalhista. A regulamentação do salário mínimo teria, ao contrário da defesa presente nas teses distributivistas, possibilitado uma ampliação da extração de mais valia, visto que o potencial de pressão de alguns segmentos da classe trabalhadora que poderiam chegar a salários mais altos foi contido pela média institucionalizada do “salário mínimo”, medida pelo “custo de reprodução da força de trabalho”.

Por outro lado, a questão da agricultura era central, haja vista a condição histórica agroexportadora da economia brasileira. Como conciliar os interesses dos proprietários rurais e da burguesia urbano industrial? Com estímulo à “expansão horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes de capitalização e até sem nenhuma capitalização prévia” (OLIVEIRA, 2008, p. 43), por meio da *expansão da fronteira*, (**onde inicialmente o pequeno agricultor trabalha para colocar a terra em condições de produção sem custos para futura produção destinada ao mercado**) e da ausência de qualquer mediação para conter a exploração do trabalho no meio rural. É essa extração de excedente, por meio do trabalho morto que fica da fronteira e da superexploração do trabalho no meio rural, um dos elementos da possível conciliação. E ainda, os produtos para alimentação dos que migram para as cidades são barateados pelo baixo custo de reprodução da Força de Trabalho (FT) do camponês que os produzem,

contribuindo para redução do custo de reprodução da Força de Trabalho (FT) nos centros urbano-industriais (OLIVEIRA, 2003, p.46).

Veremos que Goiânia, sendo uma cidade nova de fronteira, também atraiu trabalhadores para “colocar a terra em condições de produção”, ou melhor, em condições de produzir a cidade com custos baixos. Atuaram aí diferentes classes e tiveram no Estado a força para garantir esse processo.

São diferentes intenções que levam ao adensamento demográfico e à construção de Goiânia. Por um lado, populações atraídas pela divulgação de uma nova cidade. Populações ao mesmo tempo *expulsas dos seus lugares de origem diante da ampliação da fronteira agrícola e também pela incorporação da agropecuária extensiva à modernização industrial do Sudeste. Tal processo avançou ampliando os latifúndios, a partir do planejamento estatal.* Por outro lado, frações da burguesia dos setores médios que buscavam novos investimentos e também foram atraídos pelo planejamento estatal a viabilizar a cidade nova, base espacial e ideológica da “Marcha para o Oeste”.



Foto 1. Foto sem autoria definida, MIS-GO.

Se buscarmos o movimento dos grupos, das classes sociais, lançamos a cidade no movimento da sua historicidade, fora de uma determinação a priori. Com tendências hegemônicas, mas longe de uma teleologia histórica, uma história onde as diferentes intenções e ações produzem tensões, e as tensões entre os grupos fazem a história, produzem a cidade. Assim como Francisco de Oliveira (2003) percebe o desenrolar da modernização industrial brasileira por meio das escolhas internas da elite (e não como consequência mecânica do desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista) e pela ação dos grupos subalternos, produzindo “o ornitorrinco³”, percebemos que a história da cidade de Goiânia é fruto de trajetórias, de trabalho; de exploração, das escolhas das elites e dos conflitos e acomodações nas tensões entre os grupos que detinham e os que não detinham o poder hegemônico normativo do espaço, constituído como território.

Eu tinha informação que era muito ruim aqui, de gente lá de Minas que veio para Goiânia, e voltou renegado daqui. Veio porque o Dr. Jerônimo Coimbra Bueno espalhou cartazes de propaganda de Goiânia. Eram cartazes enormes. Eles diziam: “Goiânia, um mundo de possibilidades”. Convidando o povo para ir. Mas eles vieram e não se deram bem. (Entrevista com Adolfo Boari, pedreiro, chegou em Goiânia em 1940. Memória cultural: ensaios da história de um povo – Goiânia 1985, p. 16)

A cidade como expressão material de intenções e ações de diferentes grupos em tensão, como práticas sociais objetivadas, dentro do movimento histórico particular destes sujeitos que sofrem e atuam na “construção da modernização capitalista” na periferia do sistema....estamos em busca da História.

3.1 A crise entre as oligarquias e a mudança da capital de Goiás

Goiânia foi projetada pelo arquiteto Atílio Correa Lima e por Armando de Godoy. Fruto do processo de modernização brasileira, marcada pela intervenção das oligarquias, sob a hegemonia da burguesia industrial do Sudeste, no poder do Estado.

Goiânia projetava-se como a possibilidade de interiorização e contato com o norte do país por meio do sertão, projeto do grupo que tinha à frente do Estado Getúlio Vargas e, localmente, o interventor Pedro Ludovico. Ao mesmo tempo, Goiânia era

³Definição utilizada por Oliveira, definindo o capitalismo no Brasil como “um bicho estranho” diferente de qualquer modelo. “O ornitorrinco tem bico córneo, semelhante ao bico de pato, vive em lagos e rios, na margem dos quais escava tocas que se abrem dentro d’água. Os filhotes alimentam-se lambendo o leite que escorre nos pelos peitorais da mãe, pois esta não apresenta mama”. (2003, p. 120)

expressão do avanço da fronteira agrícola impulsionado pela modernização industrial de São Paulo, exigindo outros lugares para plantar arroz, por exemplo, a principal atividade do Sudeste Goiano, onde estava Pedro Ludovico e o seu sogro, que atuava há algum tempo na oposição política às tradicionais oligarquias goianas.

A tradicional oligarquia caiadista em Goiás e os coronéis que a sustentavam, marcadamente criadores de gado, demonstravam-se pouco interessados no desenvolvimento das forças produtivas no território goiano. A evidência maior está no “pouco interesse” pelo desenvolvimento da comunicação, em especial da estrada de ferro que ficou em Minas Gerais, o que levou o sociólogo Itami Campus a defender a tese do “isolamento como estratégia de poder” (CAMPUS, 1987).

A Oligarquia dos Caiado, dominante no poder de forma hegemônica desde, pelo menos, 1912, foi deslocada do Estado por meio da intervenção do Governo Federal. Vale ressaltar que o grupo oligárquico ligado a Pedro Ludovico tinha pouca expressão política e que mesmo pela tentativa de tomar o poder pelas armas já havia fracassado.

A velha questão da mudança da capital, retornou com o peso de uma tática de deslocamento espacial de poder (CAMPOS, 2002). A velha cidade de Goiás era o centro do poder das oligarquias derrotadas, 82% dos presidentes de província tinham sua origem na cidade de Goiás. Transferir a capital era também, segundo vários documentos de época, uma questão de desenvolvimento, de rompimento com o atraso e de superação da insalubridade da velha capital, mas a questão central era, para Campos, o deslocamento político da velha oligarquia.

Em meio ao projeto de construção da nova cidade, propagandeado por todo país, chegaram trabalhadores, aproximadamente 4000 mil operários (ALVARES, 1942), não contabilizados os que vieram atrás de uma vida melhor diante da promessa divulgada aos quatro cantos e que não passaram pelo referido departamento.

Foram dois diferentes grupos de trabalhadores migrantes atraídos para a construção de Goiânia. Os especializados, contratados em São Paulo e no Rio de Janeiro, sendo muitos estrangeiros, e um outro grupo de migrantes que chegava das regiões mais pobres do país com pouca especialização na construção civil. O primeiro grupo de trabalhadores foi delimitado pelas ações do Estado, que os contratou seguindo as modernas exigências trabalhistas, mesmo que depois esse processo tenha se modificado. O segundo grupo foi atraído pela propaganda do Estado e, diante das dificuldades na terra de origem, migravam. Mas foram contratados em condições mais precárias.

Sr. Sebastião Barbosa, mestre de obras, que veio para Goiânia em 1935, assim relata esse processo:

(...) os pedreiros e serventes tinham uma certa dificuldade em bater um papinho com os chamados mestres de obras porque eram todos estrangeiros. Eles eram estúpidos, eram violentos, eram bravos, eram brutos. Eram espanhóis, alemães e alguns italianos. Na sua maior parte, eram espanhóis. Então não tinha boca pra gente (...) Se tinham melhor salário? Geralmente tinham. Porque os alemães já vinham, que num fosse especialista, vinham com a pinta de especialista. E nós brasileiros, todos leigos, quase analfabetos, vindos do sertão de vários lugares do Brasil, era raro o que era especialista. E o alemão, mesmo não sendo, mas só o fato de ter sido criado na Alemanha, justificava uma especialidade (WIEDERHECKER, 1987, p. 09).

Uma característica desse processo de migração, principalmente para os trabalhadores menos especializados, é a ausência de condições dignas de trabalho e de moradia. Levantar um barraco para morar, por exemplo, tornou-se um desafio para muitos migrantes. Esse é o contexto da Vila Nova e do Setor Pedro Ludovico. Ou melhor, Botafogo de Baixo e Fazenda Macambira. A ocupação da Vila Nova (Botafogo de Baixo) tem início ainda na década de 30 e a ocupação da região onde viria a ser o Setor Pedro Ludovico, a Macambira, a partir da década de 40. São periferias que surgiram fora do planejamento em vários sentidos. Silva (2000), referindo-se à sua tese sobre Brasília sugere:

Acreditava-se ainda que esse modelo poderia servir de exemplo de progresso para o restante do país. Contudo, a ocupação de fato da cidade recém construída se fez segundo o que ditava o padrão de desenvolvimento urbano da sociedade brasileira - marcado pela formação de periferias legais ou ilegais, onde vive a população de baixa renda -, destruindo as intenções utópicas de seus realizadores. A comparação com Goiânia, neste sentido, pode ser produtiva (SILVA 200, p.135).

Por outro lado, para outras classes sociais, Goiânia era possibilidade de diversificar os investimentos com promessas de ganhos futuros em uma “cidade nova de fronteira”, onde a especulação em torno do projeto de adensamento populacional do sertão, de ligação entre norte e sul, possibilitava a realização da mercadoria, ampliava o mercado interno e fazia da própria cidade uma mercadoria indispensável.

A valorização das terras já estava prevista pelos urbanistas. Aliás, é na projeção de valorização da terra que os urbanistas respondem ao problema do financiamento do

projeto. Em relatório enviado a Pedro Ludovico em 24 de Abril de 1933, Armando de Godoy já tratava da questão. Vale transcrevê-lo aqui.

Cumpre-me agora tratar de ligeiramente, mostrar que o receio de que o estabelecimento em outro local da capital de Goiaz vai determinar despesas que ele não pode enfrentar, não se verifica. Com efeito, a fundação da capital em uma determinada zona lhe valoriza enormemente os terrenos. De maneira que no caso de se observarem as determinações do plano de valorização gradativa que os projeto da futura capital estabelecerá, basta a venda dos lotes para que os Estado alcance todos os recursos necessários para a execução das obras principais e dos edifícios públicos. Temos a prova disso no que e vem observando em vários centros novos e em diferentes bairros de algumas cidades. (...) Outro elemento de valorização será o aumento rápido da população, bem como para isso concorrerá enormemente o surto, que aí se há de verificar, de inúmeras industrias. De maneira que tais fatores auxiliados por uma propaganda convenientemente elaborada e conduzida produzirão um aumento considerável do valor dos lotes, os quais vendidos por partes, à medida que a cidade for expandindo, darão à administração pública todos os recursos para realizar o plano da nova cidade (MONTEIRO, 1938, p. 51).

Contudo, no mesmo relatório, Godoy alerta para a preocupação com as terras ao redor da cidade. A ideia do projeto inicial era controlar o crescimento desordenado da cidade que ficaria cercada por áreas verdes, em limites que não poderiam ser ocupados. Para além destas áreas seriam projetados outros centros urbanos, as chamadas cidades satélites. Nesta perspectiva, o governo teria que ter muito cuidado com estas áreas para que não caíssem na mão de particulares de forma a desorganizar o projeto da cidade.

Contudo, as condições adversas e as tensões entre as classes produziram um sentido próprio para o desenho da cidade e para o significado que viria a ter para os moradores dos bairros populares. Expressão de uma História aberta que não pode ser capturada pela aplicação mecânica e abstrata de modelos, como se existisse uma História em si, com uma teleologia própria, mas pelo esforço teórico empírico de se aproximar ao máximo da dinâmica histórica das intenções e tensões das classes sociais em formação.

3.2. Outros pioneiros e os bairros populares em dois movimentos

Dos pioneiros das primeiras décadas, notadamente da década de 30 até o final da década de 50, identificamos, por meio do relato oral e do cruzamento com outras fontes, como Decretos, Planos Urbanísticos, estatísticos e um romance de época (o romance está ligado ao primeiro movimento), duas experiências de bairros populares que correspondem a dois movimentos de urbanização.

Entendemos aqui como bairros populares aqueles construídos fora dos planos e decretos que regularizavam o espaço e que, por diferentes motivos, impuseram-se como parte da cidade, sendo posteriormente, incorporados e regularizados. Estes bairros têm a marca inicial do “chão vermelho”, dos casebres de madeira, e carregam a incerteza dos migrantes que foram expulsos de suas terras de origem e atraídos em diferentes contextos. Esta atração/expulsão e a conformação destes bairros, em particular os aqui estudados, tornaram-se base de interpretação das experiências que adotamos, fazem parte de dois distintos contextos no que diz respeito à modernização capitalista no Brasil e ao processo de urbanização em Goiás. Possuem, por fim, particularidades próprias pela ação concreta dos sujeitos que fizeram os bairros, abriram ruas, criaram vidas e sonhos, bem como pelo nível de tensão e negociação com o poder normativo. Trata-se da história dos marginalizados que “fizeram da margem o centro” ou que foram expulsos para outras margens.

3.2.1. A Vila Nova: operários necessários ao plano, mas que viviam fora do plano

Primeiro movimento: a década de 40

“Nós viemos de trem, de pau de arara...”

“Nós viemos de animais, então naquela época nós viemos de jumento... do sul do Piauí até aqui em Goiânia”

José Nogueira, pioneiro da Vila Nova

A chegada dos migrantes que foram atraídos para a nova capital foi marcante em suas experiências de vida e os relatos são de dias nos lombos dos animais, caminhando ou em caminhões. Uma viagem dura e uma chegada em um lugar que estava por ser construído. A propaganda oficial do Estado e as notícias dos parentes davam notícia de uma capital nova que atraía os nordestinos para os bairros populares: “os que chegavam aqui escreviam pra lá falando da cidade”. Mas muitas vezes os migrantes não tinham condições para tal viagem, assim construindo trajetórias de muita luta. Tais trajetórias forjaram a representação de uma saga que passou a ser relatada também por aqueles que chegaram depois, tornaram-se líderes comunitários, e conheceram muitos pioneiros. “Houve uma estória, uma saga muito bonita, pessoas que até pelo caminho morreram; morreram de fome; morreram de sede; porque não conseguiam chegar até aqui”, é o que guarda dos relatos que escutou o Padre da comunidade da Vila Nova, Pedro Sottani (2012).

Esta representação foi construída pelo contato com os relatos dos moradores e que ganhou expressão para se falar da história do bairro. Relatos que impressionam quando perguntamos aos pioneiros como foi que eles vieram para Goiânia. Pergunta que fizemos a todos os entrevistados e que outros pesquisadores também fizeram.

Eu vinha de saco nas costas meu fi. Daqui na minha cidade dá 1500 quilômetros. Eu vinha de pé mais três companheiros, dormindo no mato, sofrendo as consequências da vida, medo de onça. Tinha lugar que a gente pousava e a onça não deixava a gente dormir...três vezes eu vim aqui desse jeito. Aí quando era para voltar daqui pegava o avião...o campo era lá no centro. Pegava aerovia até Porto Nacional, de lá nós comprava animal e ia a cavalo (Pedro Figueiredo, 2012).

Por meio das trajetórias de “tantos Pedros”, Goiânia foi construída. A chegada dos migrantes revela uma experiência comum. “Nós viemos do sul do Piauí até aqui em lombo de animais, foram 35 dias”, é o que nos relata um dos pioneiros da Vila Nova. Estes são construtores da nossa modernidade, não no sentido ideológico das ideias “mudancistas”, mas dos homens e das mulheres que se lançaram na construção da cidade, projeto de modernidade na periferia que dependia de braços de outros pioneiros.

Goiânia a gente ia chegando e fazendo as lona, ou seja, levantava com adobe, e coisa e tal. E era muito vigiado pelo governador Pedro Ludovico para não invadir tanto. Foi então que tinha esse Luisão que comandava tudo né...era ele e a equipe dele...eles andava num jipão...começava a levantar a casa ele vinha e derrubava tudo [...] (Sebastião Calassa, 2012).



Foto 2. Ocupação às margens do córrego Botafogo na década de 40.

A maioria dos migrantes que chegaram e foram se fixando às margens do córrego Botafogo eram nordestinos e saíam de suas terras de origem devido a dificuldades graves como os períodos de seca, o desemprego, os conflitos de terras. A migração era a busca e o sonho por uma vida melhor.

Naquele tempo, em 39, foi uma seca muito grande, então os baianos saíram procurando recursos. Uns vieram para Goiânia, outros foram para São Paulo. Nós mesmos viemos pra aqui porque a vida lá, a seca foi muito grande. Aí meu pai queria ir para São Paulo, mas meu irmão não queria, queria que nós viéssemos para Goiânia. Aí nós viemos para Goiânia (Júlia Orlando de Freitas, março, 2004, *in* MATTOS, 2012, p.62)

Sobre a origem dos operários que foram se assentando às margens do córrego Botafogo, todos os relatos afirmam, assim como as estatísticas, eram nordestinos. Sr. Vitorino, que chegou em 1935, nos diz:

A maior parte dos operários que fizeram Goiânia foram baianos. A maior parte, porque tinha cearense e de toda parte do Brasil. Mineiro tinha muito também. De Mato Grosso muito pouco, raro ver um matogrossense aqui. Agora, da Bahia, do servente ao carpinteiro, era tudo baiano. Vinham de caminhão, vinham a pé com as “máquinas” nas costas, puna as redinhas nas costas e vinha embora. Era de pé. Isso eu me lembro demais.

Sobre a ocupação das margens do Botafogo, são várias denominações que aparecem para defini-la. Muitos relatos dos migrantes e documentos oficiais falam de uma “invasão” às margens do córrego, mas, como veremos, outras fontes vão nos revelar um adensamento muito alto da região desde o início e que para alguns não aparece como invasão. É a visão do Sr. Antonio Elias, que chegou em 1940.

Na Vila Nova apovoou muito mais ligeiro que Goiânia, né? Naquele tempo num era invasão não. O povo ia chegando e arranchando ali. Ali progredia muito mais que Goiânia. É onde agente levava lenha, levava capado pra vender pra eles (...) Aquilo lá, a Vila Nova, aquilo tava tudo danado. Uns tinha cerca, uma cerquinha pobre de arame roubado. Não sei como, outros encostava três paus com saco de cimento e ficava ali (WIDERHECKER, 1987, p. 14).

A necessidade da moradia que se realizou fora do planejamento da cidade marcou os migrantes que foram levantando as casas às margens dos córregos. Este foi o caso dos moradores do Botafogo de Baixo, como era conhecida a região que veio a ser a Vila Nova. Muitos tiveram suas casas derrubadas pelos jagunços do “doutor Pedro”, como relatam os antigos moradores. O “Luisão”, um fiscal que atuava como um verdadeiro fiscal jagunço⁴, está presente nas lembranças de vários pioneiros e filhos de pioneiros, não só da Vila Nova, como veremos ao tratar da ocupação da fazenda Macambira, na década de 50.

A região das margens do córrego Botafogo foi uma das primeiras a se constituir como área de ocupação popular, fora das linhas do plano urbanístico. A área, segundo relata Sebastião Calassa (2012), um dos pioneiros do Bairro, era para ser uma área industrial e não um bairro. Já seu Agenor Mariano (2012), também pioneiro, diz que a ocupação foi permitida pelo “doutor Pedro”. Como observou Silvia Mattos em um belo trabalho sobre memória na Vila Nova:

As memórias dos moradores sobre o período de formação do bairro variam em alguns aspectos, pois, se tentativas de expulsão promovidas pelo governo do Estado aparecem em alguns relatos, em outros é enfatizada a legalização dos loteamentos, doados pelo interventor aos ocupantes dessa região (Mattos, 2012, p. 66).

⁴Jagunço é um sujeito que aparece nos relatos dos migrantes em duas ações. Uma primeira é esta a que estamos nos referindo nesta página, ou seja, de um fiscal violento que andava armado derrubando casas que estivessem fora das determinações do governo. Uma segunda, veremos mais à frente, refere-se a sujeitos que trabalhavam nas fazendas, também eram violentos e, em alguns casos, impediam que os trabalhadores deixassem as fazendas.

A autora conclui que não foram só experiências diferentes, mas o fato da “construção da figura mítica de Pedro Ludovico Teixeira, transformado pela memória oficial em um herói civilizador”. Voltaremos a esse debate em nossas considerações finais. Seja como for, os membros da Liga dos Amigos da Vila Nova, entidade que surgiu para lutar pelos interesses dos moradores, e os moradores dessa primeira década, entre o final da década de 30 e final da década de 40, guardam em suas lembranças uma relação conflituosa com Pedro Ludovico. “Colocou fogo, era invasão né...foi mandado pelo Pedro Ludovico, teve gente que morreu lá”, é o que nos relata Waldecy Abadia de Andrade Calassa (2012). Esse ambiente de tensão e atuação dos jagunços é relatado também por Sebastião Calassa.

A richa do Pedro Ludovico com o povo de Caiado era muito grande né, então o Pedro Ludovico governou com mão de ferro mesmo e a pistolagem sempre existiu, desde o início, acho que menos hoje, mas na época era muito claro. Todo mundo sabia quem mandava (Sebastião Calassa, 2012).

Além de Luisão, esse fiscal jagunço que atuava no controle das ocupações urbanas, outro sujeito violento marcou a experiência dos migrantes. Zeferindo Paes Landim, “temido pelos seus métodos repressivos, que atuava nos locais considerados perigosos, como a zona de prostituição localizada na região do Botafogo, atual Setor Universitário”, conforme também constatou Mattos (2012) em suas entrevistas.

Ele era delegado aí, então todo mundo tinha medo do Paes Landim, sabe. Na época eu tinha um vizinho meu do Botafogo, chamava Dolores, ele foi na Guerra, sabe, expedicionário. Então ele gostava muito de mim, que eu jogava bola, né, menino lá, saía por perto deles lá. Aí eu vim com ele aí no puxa-faca e eu tinha dezesseis pra dezessete anos. Aí o Paes Landim chegou, falou pra ele assim: “Que que esse menino tá fazendo aí?” Ele falou: “Ele tá comigo”. “Esse menino não pode ficar aqui não, no meio da mulhezada”. “Pode deixar, que ele tá comigo”. Pronto. Aí deixou eu quieto lá. (Pedro Fernandes, abril,2004, in MATTOS, 2012, p. 60)

Sr. Pedro Figueiredo guarda a lembrança destes sujeitos violentos que atuavam nas primeiras décadas de Goiânia como policiais não oficiais.

Luisão, Zé Preto, o Mineiro Preto...tudo era bate pau, mas tudo era mau, era matadô mesmo...batia, matava, fazia o que queria, ninguém dava um piu com eles...era policial igual os outros só não era oficializado...era uns investigador oculto...tudo que eles via eles trazia pro comando, aí o comando manda executar aquilo...e naquele tempo, Paes Landim ninguém mandava nele, só Pedro Ludovico...não tinha jornalismo não tinha reportagem...se aquele meia ponte falasse tinha muita coisa pra contar, só que ele não fala (Pedro Figueiredo, 2012).

Para lidar com as dificuldades do lugar, principalmente com os problemas da moradia, foi se constituindo uma organização. Fosse atuando em forma de mutirão para levantar as casas ou para fazer reivindicações junto ao poder do Estado, formou-se ali uma organização coletiva que ganhou registro em 11 de Dezembro de 1947, era a Liga dos Amigos da Vila Nova. Contudo, as ações de resistência e solidariedade existiram antes da fundação da entidade, até porque nem existia Vila Nova até 1947.

Sobre a atuação da Liga dos Amigos da Vila Nova, ação da comunidade para lidar com os problemas comuns vivenciados pelos moradores, principalmente ligados a moradia, nos diz Josué Nogueira:

[...] para nós era um fato até histórico, porque naquele tempo a coletividade, o pessoal, não sabia realmente o porquê que existia isso. Naquele tempo não tinha sindicato, não tinha nada né. Talvez vocês não saibam. Aí fizeram...óh nós tamo fazendo uma liga dos amigos aqui. (Josué Nogueira, 2012)

Portanto, está claro para nós que há uma organização comunitária de resistência e solidariedade de classe frente ao poder normativo. A “Liga” é identificada como associação que reunia os moradores, fazia mutirão para construir casas e questionar as ações do governo. A ideia de ajudar o próximo, de uma comunidade de solidariedade, é orientadora nesta associação, mas também potencializou, em alguns momentos, uma mobilização coletiva contra os interesses do Estado, segundo relato dos moradores.

O Boaventura reuniu a turma todinha, mulher, criança, todo mundo que quisesse ir. Encheu a Assembleia de moradores daqui de Vila Nova para protestar contra a retirada da Vila Nova daqui. Que aqui ia ser o setor de indústrias [...] Então já era lá pela madrugada afora, as crianças chorando. O deputado protestou: “Essas crianças ficam aí perturbando o trabalho”. Então levanta um camarada da oposição e disse. “Essas crianças tá chorando por que tá na iminência de ficar sem os seus tetos. Tá chorando pra não ficar sem os seus tetos” (Claudomiro Ferreira de Freitas, março, 2004, in MATTOS, 2012, p. 66).

Esse lugar, fora do planejamento, era o “Chão Vermelho”, “o bairro”. Lugar de casebres simples de alvenaria ou barracos de madeira. É esse o lugar da literatura de época de Eli Brasiense (2002), escritor que chegou em Goiânia em 1937. Os personagens e as paisagens da literatura se misturam com a realidade. Marcelo havia sido expulso da roça por jagunços, sofrera muito ao ver sua mulher ser agredida e depois cultivara uma dor permanente com a ausência daquele pedaço de chão. Foi acolhido na cidade por seu compadre, depois, conseguindo trabalho, alugara um casebre no bairro, o dono era um engravatado morador do centro.

Marcelo, depois de ficar bem, encontrou apoio no machado e na enxada. Desde menino eram seus instrumentos de trabalho, manejava-os com satisfação. Capinava quintais, rachava lenha, tinha uma diária que lhe garantia o aluguel de um choça no bairro e sustento para a família. O casebre pertencia a um homem engravatado, morador do centro. (BRASILIENSE, 2002, p.166)

Os barracões e casebres marcavam a paisagem desse lugar transformado em território onde moravam os trabalhadores, migrantes que faziam vários bicos ou trabalhavam diretamente na construção da cidade, seja nas casas particulares ou nas obras dos prédios públicos. A divisão realizada pelo Cadastro Predial de Goiânia, em 1940, se entrelaça com os relatos orais e com a literatura, nos aproximando da imagem desta transformação à margem do planejamento, mas sem o qual o plano da cidade moderna, de traçados inspirados na arquitetura francesa, não poderia existir. Uma diferença evidencia a “margem”, o lugar que não era para existir. Diferentes dos outros “barracões e casebres” dos outros “distritos” demarcados no Cadastro Predial de Goiânia, à época, nas margens do Botafogo as edificações são caracterizadas como “Edificações provisórias”.

Quadro 1: Cadastro Predial de Goiânia em 1940.

a) Goiânia – 1ª Zona do distrito da capital	1.163
Edificações principais	668
Dependências	225
Barracões e casebres	270
b) Campinas – 2ª Zona do distrito da capital	1.864
Edificações principais	1.118
Dependências	36
Barracões e casebres	710
c) Botafogo – Concentração operária da capital - Edificações provisórias	322
De alvenaria	115
Barracões e casebres	207
d) Soma total	3.349

FONTE: FREITAS (1942:65-66)

O primeiro Plano Diretor, original de 1938, não aceitava loteamentos sem instalação de infraestrutura adequada, contudo, fica claro que o Botafogo, a Vila Nova e a Nova Vila se impuseram. Ora, era a “concentração operária da capital” como bem nos revela o documento acima. Lá moravam os responsáveis pela construção da moderna cidade, sem eles não haveria cidade; não se consolidaria a estratégia de poder de Pedro Ludovico; não ganhariam os proprietários fazendeiros que doaram as terras, pois sem obras as terras não atrairiam pessoas, mercados e pouco valor real ou especulativo poderiam ter; não se viabilizaria esta “ponte” da Marcha para o Oeste nos projetos de Getúlio Vargas. Enfim, sem estes moradores, os belos traços de Atílio Correa Lima e de Armando de Godoy não saíam do papel. Era, portanto, necessário negociar.

Vale lembrar que esse período é marcado pela centralização político administrativa do Estado brasileiro, principalmente a partir de 1937, com a ditadura do Estado Novo. As posições dos liberais contra a intervenção do Estado na economia perdem espaço nesse período não só no Brasil. Como lembra Hobsbawm (2013), este período é marcado “pela crise mundial do liberalismo econômico e político”, surgindo, como resposta à crise, três propostas. Uma proposta sendo o capitalismo moderado, controlado por ações do Estado, tendo como maior expressão o “New Deal” nos Estados Unidos; outra, a revolução social, tendo como maior expressão e propaganda a União Soviética e seu Estado Planejador; e outra ainda o Nazifascismo de Hitler e Mussoline, também marcados pela forte intervenção do Estado.

Segundo Aristides Moysés (2004), essa forte presença do Estado, planejador e controlador, não marcaria só a realidade nacional, teria suas expressões nos decretos e planos da nova capital em Goiás. A pressão dos proprietários de terras que doaram as terras para construção da nova capital e esperavam receber em troca os ganhos mediante a valorização de suas terras e a expansão da cidade, (o que o autor vai denominar de “princípio franciscano, “é dando que se recebe”) foi contida pelas ações do governo forte e planejador. Segundo Moysés, o Decreto Lei nº 11, de 06/03/44, veio

[p]ara conter a pressão da economia de mercado e a desfiguração do plano original. Proibiu novos loteamentos por um período de cinco anos. Essa medida, sem dúvida de caráter preventivo, atingiu tanto o poder público, responsável pelo parcelamento das glebas disponíveis, como as chácaras, restringindo ainda mais o poder de decisão de seus proprietários (MOYSÉS, 2004, p.141).

Ou seja, a expansão urbana da Vila Nova é uma exceção. Para se ter uma ideia da correta interpretação, durante a década de 40 só foram aprovados dois loteamentos, revelando o controle exercido pelo Estado sob a transformação do território urbano. Este primeiro movimento dos migrantes na formação do bairro popular operário, portanto, exigiu negociação do poder do Estado frente à pressão dos moradores, tratava-se de uma “invasão controlada”, ou como nos diz Sebastião Calassa (2012), “era vigiado por Pedro Ludovico para que não invadisse tanto”.

O requerimento do Deputado Gomes Filho (PSD), em 1947, revela um pouco sobre o espírito da época e a mobilização popular na relação com o legislativo, procurando “soluções” para os problemas dos bairros operários. Revela os diferentes níveis da tensão e da negociação, bem como o cenário político marcado pela presença de dois projetos, socialista e capitalista, apropriado pela cultura e demanda local, dando-lhe significado próprio. Vale a pena transcrevê-lo:

O mundo que emergiu da última guerra é profundamente socialista, e, nele, sobre bases cristãs, tudo se deve fazer para evitar a injusta desigualdade e a luta de classes, graves males que trazem consigo o germe das desordens sociais. É preciso que se dê um tratamento justo, por meio de uma concepção mais humana da vida, ao capital e ao trabalho, assegurando a cada um as vantagens e prerrogativas que merecem. O que não mais se pode tolerar é que os bens espirituais e matérias da terra constituíam privilégio de uma minoria de afortunados, em detrimento de milhões de necessitados de toda ordem [...] Em nome do povo pobre, mas honesto e trabalhador dos Bairros do Botafogo, Vila Nova e Nova Vila, espero, portanto, Sr. Presidente, que não só os seus representantes nesta Casa, como especialmente o senhor governador e seus honrados auxiliares levem a sério este apelo, afim de que possamos, depois, nos orgulhar, com sinceridade e sem demagogia, de havermos encontrado uma solução para um dos mais sérios dentre os sérios que, há tantos anos, tantas insônias e angústias tem causado ao governo e à grande massa popular dos nossos bairros operários (Jornal *O Social*, de Outubro de 1947, Arquivo Histórico Estadual).

Tal requerimento solicita a construção de 100 casas e teria sido motivado pelo movimento dos moradores e entregue por uma comissão dirigida por Boaventura Moreira de Andrada, segundo relatos do deputado do PSD, publicado no jornal do seu partido em 1947. A ação comunitária, portanto, além de fazer atividades de solidariedade, como os mutirões, tão presentes na memória dos pioneiros, organizava mobilizações como a reivindicação na Assembleia Legislativa contra a transformação do bairro em área industrial e encaminhava junto a legisladores estaduais requerimentos de melhorias para a população.

Desde as primeiras orientações de Armando de Godoy, em 1933, passando pelo esboço de Atílio, até a efetivação do primeiro Plano Urbanístico de 1938 e o decreto de 1944, que proibia por cinco anos novos loteamentos, o controle do território por meio das ações do Estado foi a regra, conforme atestam os estudos de Narcisa Cordeiro (1989) e de Moysés (2004). Podemos definir, portanto, a Vila Nova como caso particular, já que o território estava controlado pelo Estado e o plano original foi mantido.

O ambiente da época assegurava ao Estado total domínio do controle do uso do solo. Apenas o Estado podia planejar e implantar loteamentos até o ano de 1945. Observou-se, rigidamente a orientação encontrada em documentos assinados por Armando de Godoy, datados de 24 de Abril de 1933. Não havia venda de terras por particulares, pois o Estado centralizava as vendas de terras (CORDEIRO, 1989, p. 43).

O interventor Pedro Ludovico esforçava-se tomando medidas para que interesses particulares não modificassem o Plano Original. Se, por um lado, a ação controladora do Estado tentava conter os avanços dos loteamentos irregulares por parte de

fazendeiros particulares nas áreas suburbanas, por outro lado, o valor da terra no centro era alto demais para ser adquirido por migrantes pobres. A tensão era diária e o romance de Eli Brasiense (2002), também nesse aspecto, concorda com os relatos orais e com as evidências estatísticas.

O carro agora atravessava o *bairro em direção* ao centro. Grupos de operários se dirigiam para as construções, conversando alegres. A manhã estava bonita, o céu limpo, dourado para os lados do nascente. Poucos operários andavam de bicicletas e tinham que sair muito cedo de casa para chegar nas construções no horário certo. Goiânia não possuía indústrias pesadas mas as construções a transformavam em animado centro operário. As estatísticas afirmavam que se construíam mais de três casas diárias. Os forasteiros se espantavam com os preços dos lotes. Um milhão e quinhentos mil cruzeiros por um pedaço de terra no centro, em zona comercial...gente pobre apanhava quase todo dia, os olhos assombrados nos agressores, sem compreender por que terra sem arame farpado, sem estacas e sem sinal de benfeitoria não era de todo mundo (BRASILIANSE, 2002, p. 152).

Tal controle violento em relação aos “forasteiros” que chegavam não pode nos levar a pensar que a migração não era desejada pelos sujeitos à frente dos poderes normativos do Estado, ao contrário, era condição para o êxito do projeto. Em palestra proferida no Rio de Janeiro, em 1942, Venerando de Freitas, primeiro prefeito de Goiânia, fala entusiasmado da corrente migratória que chega a Goiás e a Goiânia, deixando para trás um tempo de pouco crescimento, o tempo da “velha campininha”:

O fenômeno da emigração é que tem trazido para Goiânia a sua maior fama no aumento da massa demográfica, constituindo para o Estado uma perspectiva risonha na sua vida econômica de amanhã...Do antigo município de Campinas nada podemos mencionar de valor que tenha influído sobre a vida econômica do novel município. Tudo o que se tem feito constitui novidade; Campinas d cinco anos atrás era um amontoado de casas ribeirinhas com população diminuta, sem iniciativa própria, sem fábricas, sem indústria e sem economia (Venerando de Freitas: 62, in MOYSÉS, 2004, p. 138).

Segundo Campos, “é de 47% o incremento populacional de Goiás na década de 40, quase duas vezes o crescimento demográfico brasileiro no mesmo período” (CAMPOS, 2009). Contudo, não se trata de urbanização, antes trata-se de migração para zona rural, onde estava 82% da população. Também no município de Goiânia, a população urbana era baixa, a maioria estava na zona rural na década de 40, produzindo alimentos para os que trabalhavam nas obras da cidade e para os grupos dirigentes, reduzindo assim o custo da força de trabalho na construção civil, bem como contendo a expansão urbana, além de gerar algum excedente para exportação. Como lembra Moysés (2004), o Decreto nº 5.136, de 20 de Novembro de 1934, “autorizava a venda de terras apenas na *zona suburbana*, desde que destinada a atividade de natureza rural”.

Moysés destaca ainda a análise de um artigo publicado por Pierre Monbeig, em São Paulo, no ano de 1938.

[...] refere-se ao segundo sinal dessa metamorfose, ligado ao aspecto econômico, citando a produção que se estava organizando nas cercanias da cidade, tendo em vista o abastecimento interno, mas com capacidade suficiente para gerar algum excedente: “É verdade que já os próprios arredores de Goiânia estão povoados e que duas mil famílias rurais começam a produzir arroz, milho e feijão, para o mercado local e para exportação” (MOYSÉS, 2004, p. 139).

Essa migração, motivada pelo Estado, teve seu impacto na cidade, mas foi controlado pelo Estado. Ou seja, se por um lado os decretos impediam a expansão do mercado de terras que poderia desorganizar o projeto inicial, por outro lado a ação violenta expulsava os pobres do centro da cidade e controlava a expansão dos barracos e casebres na periferia. As terras do centro eram muito caras e foram sendo adquiridas por especulares, o que também fazia entrar dinheiro em caixa para o andamento do projeto. Os migrantes atraídos ficavam, em sua maioria, na zona rural, produzindo alimento que viabilizada a força de trabalho mal remunerada na construção da cidade, conforme demonstraram os estudos de Chaul (1984).

Contudo, operário era “coisa rara” naquele período histórico, ainda mais em uma terra de fronteira tão distante dos recentes centros industriais do país. De alguma forma, era necessário viabilizar sua vida na cidade. Foi nesse contexto que tiveram êxito as reivindicações dos moradores das margens do Botafogo. Identificamos três formas de ação que caracterizaram esse primeiro movimento de bairro popular, que daria forma à Vila Nova: comunidade de solidariedade, principalmente em forma de mutirão para levantar casas; pressão política organizada, evidenciada pela ocupação da Assembleia Legislativa; negociação com o poder estabelecido, evidenciado pelo requerimento apresentado pelo Deputado do PSD, por intermédio de uma comissão de moradores.

Porém, a questão não parece suficientemente respondida! Os operários moradores dos casebres do Botafogo tiveram mais poder de pressão que os fazendeiros, particulares que haviam doado as terras e queriam ganhar dinheiro com a expansão de loteamentos e foram barrados pelo poder do Estado? É que, se o primeiro momento foi de planejamento e aquisição de terras, o segundo era de construção da cidade. Para tanto, bem ou mal, dependia-se dos operários do Botafogo. Os especuladores teriam que esperar a década de 50. Além de operários na construção da cidade, os moradores das margens do Botafogo eram também base eleitoral importante no processo de abertura política que se deu a partir da constituição de 1946. Negociar era preciso!

Essa relação dos “homens do centro” com o bairro popular também se evidenciou na formação do Time da Vila e nas festas da “Igrejinha do padre Balastiere”.

Os jogos originaram-se das “peladas” como diversão, sem grandes pretensões, mas com grande valor na vida comunitária. O Padre percebeu o movimento e o estimulou. Dona Gercina Borges, que dirigia as ações assistencialistas do Estado, mantinha laços com o assistencialismo promovido pelos Salesianos.

O trabalho comunitário da Vila Nova despertou interesse e apoio de pessoas do centro. Dona Gercina Borges, esposa de Pedro Ludovico sempre ia às festinhas da igreja, bem como o Coronel Francisco Ferraz de Lima, Comandante do I Batalhão de Infantaria (BRITO JÚNIOR, 2002, p.8).

O estudo de Brito Júnior (2002) deixa claro que, mesmo antes da abertura política, a concentração de populares contou com a atenção de dona Gercina Borges, esposa do interventor Pedro Ludovico, e que o Estado foi se apropriando das iniciativas populares para promover a integração dos moradores ao projeto da cidade. O estudo mostra que a ideia de fundar o time e de inscrevê-lo na recém-formada Federação Goiana de Futebol, era uma forma de “desenvolver a cidade” e foi levada à frente pelos “homens do centro”.

Desenvolver o futebol de Goiânia, era mais uma maneira de desenvolver a cidade, dando diversão e lazer a seus moradores e criando laços afetivos dentro da comunidade. Por isso, de certo modo, a fundação do Vila Nova vinha preencher a necessidades do poder público, de fortalecer mais um aspecto cultural da cidade e de inserir o bairro da Vila Nova no contexto de Goiânia. Por isso, de certa forma, o centro da cidade se apropriou do trabalho comunitário da Vila Nova, para inseri-lo e integrá-lo. No entanto o pessoal do bairro não participou da direção e do desenvolvimento do time (BRITO JÚNIOR, 2002, p. 09).

O bairro de concentração operária precisava ser integrado à cidade. Essa apropriação evidencia, muito antes da regularização do bairro, que havia uma disposição para o diálogo, e, mais que isso, havia uma intenção de se aproximar dos moradores do bairro. Já era uma base das futuras negociações e revelam uma aceitação, por parte do poder do Estado, sobre a ocupação fora do planejamento. A Liga dos Amigos da Vila Nova daria peso às reivindicações nesse processo de negociação.

Mas quanto ao controle do Estado e da delimitação do território urbano, uma questão não fica resolvida ainda. Se a região Leste, para além do Botafogo, estava fora do planejamento, do Decreto 90-A de 1938 e da planta geral orientada pelo referido decreto, e só será incorporada à planta geral urbana de 1947, como veremos adiante, então porque vários relatórios, inclusive uma palestra de Venerando de Freitas Borges, em 1942, tendo como base um Cadastro Predial de 1940, dão conta de uma concentração operária nesta região (ALVARES, 1942)? Já era aceito tal adensamento fora do plano original?

Ainda uma outra questão: tudo indica que a ocupação das margens do Botafogo teve início na década de trinta. Mas, se era uma ocupação fora do planejamento, porque foi aceita e porque foi entregue uma área aos salesianos naquela região e fundada uma Igreja?

Hipótese: a intenção era de uma ocupação provisória de operários necessários às obras da cidade. A ocupação que era para ser provisória, diante do vínculo comunitário construído e a condição de concentração operária, afirmou-se. A Igreja e o time de futebol foram importantes para integração daquela população de concentração operária ao projeto de cidade. Por outro lado, foi a carência de força de trabalho operária que gerou uma tensão e uma negociação, a presença da Igreja, de dona Gercina Borges e a fundação do time, buscam a integração. Diante de um cenário de abertura política, a partir de 1945, os loteamentos da Vila Nova, Nova Vila e Botafogo afirmaram-se. Por fim, em 1947 foi regularizada a condição dos loteamentos às margens do Botafogo.



Foto 3. Reunião da Liga dos Amigos da Vila Nova, ao centro está Boaventura Moreira de Andrade (foto cedida pela família de Boaventura)

É bem verdade que, em condições ideais, o governo poderia, em um contexto anterior, marcado pela centralização política, pressionar, realocando os moradores para outra região da cidade, como a região Norte, que era destinada para um primeiro bairro de operários que não se materializou, pois não vieram as indústrias, conforme indicam os estudos de Narcisa Cordeiro:

Existia no espírito da proposta do plano original, um bairro destinado aos trabalhadores de indústrias leves, a ser localizado ao norte da cidade, próximo a linha férrea (Decreto de Zoneamento 2.148). Porém, essas indústrias não foram instaladas conforme orientação inicial. Não houve, conseqüentemente, o assentamento de operários proposto para região (CORDEIRO, 1989, p. 43).

Contudo, a nosso ver, o vínculo com o lugar e a mobilização comunitária encontrou um contexto favorável ao atendimento da reivindicação. Em um primeiro momento, porque a demanda por operários era muito grande na construção da cidade, ainda mais diante das precárias condições como baixos salários e atrasos nos pagamentos, tornando o lugar pouco atrativo a novos migrantes, era necessário negociar com os que lá estavam!

Sobre as condições de trabalho, as afirmações do Sr. Vitorino de Freitas, que chegou em Goiânia em 1938, são ilustrativas:

Tava uma fama muito ruim em Goiânia quando eu cheguei aqui, do governo do Estado, por falta de pagamento. O pagamento era feito por hora de trabalho. Então marcava-se as horas numa ficha e aquilo eram somadas mensalmente e pagas com 6 meses e até oito meses de atraso, parece que houve. Então se precisava o operário de dinheiro para algum problema de emergência, ia na cantina desse Oscar Sabino e do Coronel Carvalhinho, que ajudou o Pedro Ludovico a fazer essa revolução também. Foi revoltoso também. Então a gente ia lá, eles descontavam o papelzinho e ficava com 25 por cento. Se você tinha direito a 100 cruzeiros eles descontavam 25 pro bolso deles e devolviam 75. Depois eles recebiam lá do Estado, porque eles sempre tinham um dinheirinho, não é? (WIEDERHECKER, 1987, p. 12).

Sobre a condição provisória do início da ocupação operária, encontramos uma confirmação no trabalho de Monteiro (1938), quando a autora destaca a vinda de Atilio Correa Lima, dando início ao acampamento provisório de operários em cumprimento ao contrato com a empresa P. Antunes Ribeiro e Cia, da qual Atílio era sócio.

Em cumprimento do contrato acima, escalou a firma P. Antunes Ribeiro e Cia. o arquiteto Atilio Correa Lima para se estabelecer provisoriamente no local das obras a fim de administrá-las. O Dr. Correa Lima, logo que chegou, tratou de estabelecer o acampamento para o pessoal. Fez, então, construir várias casas de taboas, com grandes alpendres na frente. Em uma delas instalou o “Escritório Central” das obras (MONTEIRO, 1938, p. 124).

Depois de encontrarmos tal referência, encontramos ainda no trabalho de Alexandre Gonçalves (2002) a mesma interpretação. A partir deste documento analisado por nós e um outro documento do IBGE, Gonçalves nos apresenta a foto do *Escritório provisório das obras de Goiânia*, próximo aos *barracões dos operários*, às margens do Córrego Botafogo. Identificando o início provisório dos barracões.

O autor também percebe a tensão entre o estado e os moradores da invasão.

Em 1938, essa invasão já estava sedimentada, apesar da vontade do Estado em desocupar a área. Uma das maiores pressões para a remoção dos casebres veio da Diretoria Geral de Saúde, que no Ofício 662, de 19 de Janeiro de 1938, sugeriu ao Interventor Pedro Ludovico a proibição do fornecimento de energia elétrica àquela região. O Ofício 757, de 4 de Março, solicitava providências da Diretoria Geral de Segurança Pública pra demolição das construções não autorizadas (ALVARES, 1942, p. 149, in GONÇALVES, 2002, p. 136)

Em 1939, um relatório de Pedro Ludovico a Vargas já previa a regularização dos loteamentos às margens do córrego Botafogo. A alta concentração operária no local tornava inevitável incorporação como parte da cidade, conforme evidenciou Gonçalves (2002).

(...)projeto e demarcação de um bairro inteiramente novo, Bota – fogo, destinado às classes mais pobres, onde se possam construir casas de tipo modesto, composto de 74 quadras, com 18 lotes cada um, ocupando uma área de 112 hectares e 36 ares, com 30 ruas de largura diversas e uma avenida de contorno de 45 metros de largura e 3.600 metros de extensão, além de duas praças de dimensões diferentes, sendo um central de 215 x 180 metros; e inúmeras outras de menor vulto, que seria longo enumerar (TEIXEIRA, 1939, p. 32).

Quanto à carência de força de trabalho operária e as dificuldades diante de atrasos nos pagamentos, o chefe de Seção de Construções, Jorge Diniz Carneiro em relatório datado de 24 de Agosto de 1937, ao Superintendente Geral das obras de Goiânia, Jerônimo Coimbra Bueno, nos dá uma boa ideia da situação:

Exmo. Snr. Superintendente Geral das Obras de Goiânia.

Solicito de V. Excia. a atenção para a exposição que farei a seguir, do estado e andamento das obras de edificações, cuja administração está a meu cargo. Peza em dizer que a situação das obras está longe de ser satisfatória, estado este decorrente da falta quase absoluta de numerário, do atraso de pagamento de salários, e da não ingerência desta Seção na determinação dos pagamentos mais urgentes. Esclarecendo melhor, focaliso os seguintes pontos:

- a) A falta de numerário, impossibilita a aquisição de materiais no comercio local, que se recusa a fornecer a prazo à Superintendência, em vista do não pagamento de faturas atrasadas.
- b) O atraso de pagamento de salários, que orça por seis meses, ocasionou a saída de grande parte dos operários, e impede que sejam obtidos outros para substituição (ALVARES, 1942, p. 66).

Se, por um lado, a relação com a concentração operária se dava por meio do populismo assistencialista, pela apropriação da cultura popular e pela violência da fiscalização, por outro a necessidade de negociar, frente às fragilidades da construção da cidade, se impôs. O chefe de Seção deixa claro que está sem condições de obter outros operários para substituir os que abandonaram o trabalho por atrasos no pagamento, o que nos leva a concluir que se tivesse condições logo o faria. Depois de várias pressões e negociações, em um contexto de abertura política que se deu a partir de 1946, veio a efetivação dos loteamentos na região leste.

A região foi reurbanizada, surgia assim a Vila Nova. Mais acima, ali na região Leste, nascia também o Setor Leste, que, segundo Gonçalves (2002), surgiu em consequência da pressão pelos loteamentos populares na região Leste, abaixo da Av. Anhanguera, onde estava a Vila Nova, ou seja, por pressão dos moradores dos barracões e casebres às margens do Botafogo, a concentração operária da cidade.

Em 1947 foi aprovado o “Plano de Edificações de Goiânia”, alterando o Decreto 90-A de 1938. A planta geral de 1947 tinha como grande novidade exatamente a região Leste. Esse processo ocorreu concomitantemente ao fim da ditadura Vargas e com saída de seu interventor, Pedro Ludovico, da direção do Estado. Com esta abertura, iriam ganhar, ainda mais, os particulares que tinham terras nas regiões suburbanas da cidade, pois, a partir desse ano, e principalmente a partir de 1950, iniciou-se um processo de expansão urbana que serviu à comercialização do território urbano. O valor de uso, que já tinha como embrião o valor de troca, vê essa condição assumir o primeiro plano na década de 50. A demanda por moradia popular justificava a expansão da zona suburbana e os proprietários particulares de lotes na região central viam suas terras, mesmo vazias, valorizarem-se ainda mais. Nesse novo movimento de urbanização, surgiria um outro “tipo” de bairro popular.

3.2.2. Segundo movimento: a década de 50

3.2.3 A expansão urbana e o nascimento do Setor Pedro Ludovico, um “outro tipo” de bairro popular

Uma outra ocupação fora do planejamento urbano ocorreu na região Sul da nova capital, mais especificamente na região Sudeste. Os ocupantes desta região ficaram conhecidos como “Macambiras” e foram os pioneiros do Setor Pedro Ludovico Teixeira. Segundo o Plano Urbanístico original, esta região era o lugar das águas que

abasteciam a cidade e só deveriam ser ocupadas com muita cautela e não naquele primeiro momento. Fazia divisa com a fazenda Santo Antonio, onde está o Jardim Botânico. Seu Agenor Mariano, que chegou em Goiânia em 1937, tem lembranças do trabalho que realizou na fazenda para captação de água.

Agora ali no Jardim Botânico, pro cê saber o que era Goiânia, era mato puro. E ali chamava fazenda Santo Antônio. E nós colocamos, viu, o Açude. Derrubamo pau, pegamo pedra, até foia de banana nós botamo no açude. Cê conhece o Botafogo o coigo? Vem ali desceno, desceno, descendo é só discida. Nós truxemo a água. Cê já ouviu falar no Colégio Bernado Saião? Existia aquele colégio, aliás, ainda não existia aquele colégio, ali era mato. Então Dr. Pedro mandou fazer a caixa d'água lá. Tinha um preto, por nome Joaquim Preto, que Dr. Pedro era muito amigo dele, mas o nego era analfabeto, então botou ele como guarda lá, da coisa lá. Aí botou o motor, dali levava água pro Palácio. Hoje é Jardim Botânico. O Bairro lá tornou-se o nome de Santo Antônio, era fazenda (Agenor Mariano, 2012).

Também nos relatórios de Correa Lima e Armando de Godoy, a região da “cabeceira do Botafogo” tinha que ser preservada de ocupações para preservar a qualidade da água. As águas do Botafogo é que iriam abastecer a cidade desde o anteprojeto de Correa Lima.

A água para suprir as necessidades da população, na primeira fase de desenvolvimento da cidade, será do córrego denominado “Bota Fogo” que contem dois braços, um denominado “Bota Fogo” e outro de Córrego do Areião. Pouco acima da confluência dos referidos córregos, poderá ser construída a barragem que receberá as águas do “Areião” por um canal descoberto (...) Se calculmos para cada habitante, por dia, o consumo de 300 lts., verificamos que o córrego satisfará um população de 4.608 habitantes (...) Como solução definitiva deve ser estudado desde já a possibilidade de se aduzir as águas do ribeirão Santo Antônio, que, embora não possamos afirmar, quem sabe poderão ser transportadas por gravidade (Relatório de Atilio Correa Lima de 1935, in Monteiro, p. 168).

Sr. Wanderley Guimarães dos Santos (2012) um dos pioneiros do Setor Pedro, com quem dialogaremos mais à frente, nos relata a proibição de construir próximo às minas d'água que abasteciam a cidade, bem como a proibição de banho nas puras águas do Córrego Botafogo próximo de sua cabeceira, proibição sempre rompida pelas crianças e suas brincadeiras no córrego.

Aí nessa época papai já tinha, fazia a farinha, tinha a casa de farinha os majolos pra socar arroz, manjolo não era pilão, que aqui não tinha água corrente, só la embaixo, na água que desce lá no Botafogo. Na mina era ela a mesma, ta aqui na cabeceira da mata, ela descia pra tratar pra Goiânia, caixa d'água lá no setor Sul. Então essa água não podia bulir, ela descia em queda livre, engenharia muito boa que o cara deva ter feito né. Ela aguentou por muito tempo. E era muita, não

era pouca não. Aí essa criança saía de Goiânia pra vim tomar banho aí e o guarda montado a cavalo e pegava, não podia, que eles queriam era tomar banho né, a molecada (Wanderley dos Santos, 2016).



Foto 4. Planta Geral aprovada pelo Decreto 90-A de 1938, Arquivo da SEPLAN 2016. Observação em lupa da Região Sul feita pelo autor. Na parte superior está o limite urbano e o Córrego Botafogo.

Contudo, a década de 50 traria um novo contexto, como já destacamos no final do capítulo anterior, e as preocupações com a expansão urbana descontrolada, efetivada pela ação de um governo capaz de centralizar as decisões sobre a nova capital, sofreram mudanças. Dentro desse novo contexto, marcado pela abertura política com o fim da ditadura de Vargas, o descontentamento dos fazendeiros que queriam abrir o território para intensificar sua condição de mercadoria, ou seja, colocando o valor de troca acima do real valor de uso, ganhou espaço. Já era tempo de se efetivar o “princípio franciscano” é “dando que se recebe”, como bem interpretou Moysés (2004). Além

disso, a construção de Brasília, em 1956, traria novos ventos migratórios para o Centro Oeste, fazendo da pressão por moradia o “álibi dos particulares” interessados em lotear e vender a cidade nas regiões suburbanas, mantendo vazios urbanos em regiões centrais.

Em Goiás, após a queda de Vargas e saída de seu interventor em terras goianas, Pedro Ludovico, as eleições de 1947 marcaram a abertura política e evidenciaram uma crise. Setores que atuaram juntos no projeto da nova capital se dividiram. Jerônimo Coimbra Bueno é escolhido como candidato da UDN, em oposição ao candidato de Pedro Ludovico. O candidato de Pedro Ludovico é derrotado nas urnas. Não está muito claro para nós o que levou a essa crise. As fontes que encontramos nos recortes de jornais e as entrevistas da disputa eleitoral precisam ser melhor analisadas para tentar ir além da carga ideológica (no sentido de que partidos e candidatos transformam, em seus discursos, os interesses de um grupo em interesses gerais). Mas, seja como for, a vitória eleitoral daquele que recebeu o título de “construtor de Goiânia” das mãos do próprio Pedro Ludovico, que agora o teria como opositor, é indício importante. Estudos dedicados a analisar a trajetória de Coimbra Bueno e de sua oposição a Pedro Ludovico fazem suposições:

É possível supor que, as primeiras causas dessa oposição política estejam no modo como Bueno, aproveitando-se da sua condição de engenheiro responsável pela construção de Goiânia, fez incluir parte das terras que havia recebido como pagamento por seu trabalho, no Plano de Urbanização, com o nome de “Cidade satélite Campinas” (MEDEIROS, 2013, p. 118).

Jerônimo Coimbra Bueno e seu irmão Abelardo Coimbra Bueno foram responsáveis pela construção da cidade, eram empresários, proprietários da construtora “Coimbra Bueno” e eram primos de Pedro Ludovico, assumiram a construção da cidade quando foi rescindido o contrato com a empresa de Atilio Correa Lima. Tudo indica que receberam pagamento em terra e que, portanto, tinham interesses particulares na valorização das terras e na abertura de loteamentos. No contrato firmado entre o Estado e a Empresa “Coimbra Bueno e Pena Chaves”, na cláusula terceira, acerta-se parte do pagamento em terras.

O Estado pagará a firma Coimbra Bueno e Pena Chaves LTDA, sete por cento em moeda corrente (7%) e sobre as despesas totais com estas obras depois de terminadas, e a partir de 1º de Janeiro de 1935, e não incluídas no balanço das obras da Nova Capital, encerrando em 31 de Dezembro de 1934. Receberá além desses sete por cento (7%) em moeda corrente, mais cinco por cento (5%) em terrenos na Nova Capital, e aos preços dos decretos de vendas de lote e chácaras atualmente em vigor. Com os descontos a vista e da comissão de vendedor, regulados pelo mesmo decreto (Monteiro, 1938, p. 150).

Logo, podemos perceber que os empresários à frente das obras também tinham interesses particulares no plano de urbanização, na valorização das terras urbanas, assim como os fazendeiros tinham interesses com a urbanização das terras do subúrbio da cidade. Segundo Moysés (2004), havia descontentamentos com o “excesso de controle e de zelo” do Estado centralizador em relação à expansão urbana, e seriam as mudanças na legislação em 1947 e 1950 que alterariam este controle.

A estocagem de terras nos arredores da cidade era a parte franciscana com a qual os proprietários de terra esperavam ser recompensados pelo “sacrifício” da doação. Diante do “excesso de zelo” do governo com o controle da cidade, as terras estocadas acabaram constituindo um instrumento de pressão forte para o “alargamento do espaço urbano”. Essa pressão resultou na aprovação do Código de Edificações de Goiânia em 1947 (Decreto – Lei 574, de 12/05/47), bastante amplo, pois incluía toda legislação urbana, ou seja, as leis de Zoneamento, Lei de Loteamentos e Lei de Uso e Ocupações do Solo.(...) Para enfrentar a pressão popular por espaço para morar, esse Código foi alterado pela Lei nº 176, de 16/03/50, revogando exatamente as cláusulas que exigiam dos proprietários de terra a implantação da infra-estrutura. Em seguida, o Decreto Municipal nº 16, de 20/06/50, passou a exigir apenas a locação e a abertura de vias (MOYSÉS, 2004, p. 144).

Segundo Ferreira Júnior (2007), Pedro Ludovico teria rescindido o contrato com a construtora “Coimbra Bueno” ainda em 1937, após desentendimentos decorrentes do fato do engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno ter adicionado propriedades suas na reorientação do plano urbanístico, em particular a Vila Coimbra, incluída pelos irmãos Coimbra Bueno no Decreto-Lei 90- A, antes de sua aprovação. “Em 1943 já era possível comprar terras no setor Sul e no Setor Oeste”. Também era possível adquirir lotes na Vila Coimbra, “[m]esmo apesar das proibições do Decreto-Lei 11” (GONÇALVES, 2002, *apud* FERREIRA JÚNIOR, 2002).

Há um acordo entre os estudos sobre Goiânia na década de 1950: o plano original “descambou”. A mudança na legislação e a quantidade de loteamentos (160) aprovados dão conta da dimensão da mudança em curso. Em que medida tal processo está ligado apenas ao curto governo de Jerônimo Coimbra Bueno é uma questão discutível, já que Pedro Ludovico retorna em 1951. Trata-se, a nosso ver, concordando com Moysés (2004), de um novo processo em curso, onde a terra se efetiva como mercadoria.

A planta do setor Sul, aprovada em 1938 pelo Decreto 90- A é margeada a leste pela Rua 115, ao centro temos a Avenida 90, e a Oeste encontra-se a Rua 136, limite da urbanização aprovada. Portanto, a região, onde viria a ser o Setor Pedro Ludovico, não estava na delimitação urbana do Decreto 90-A de 1938.

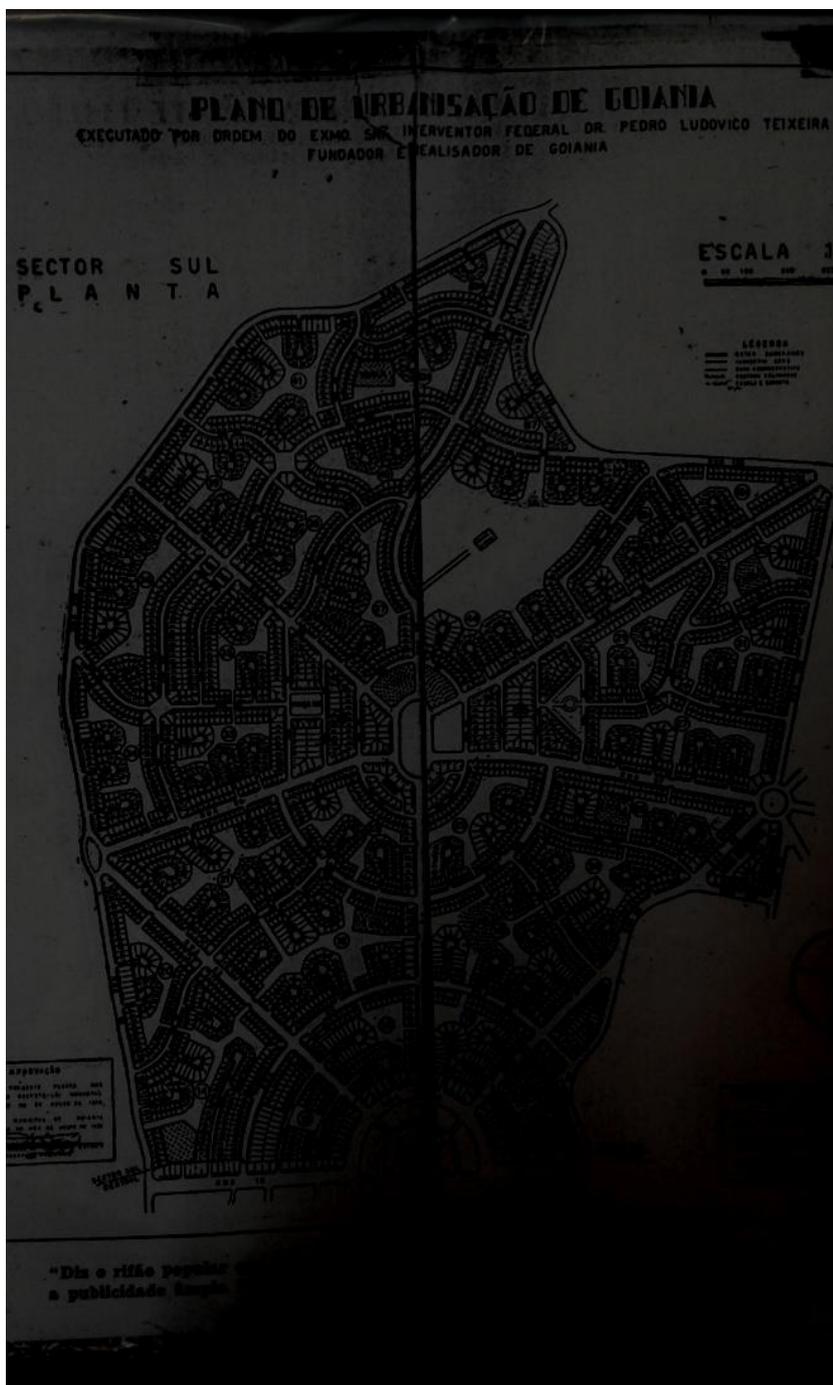


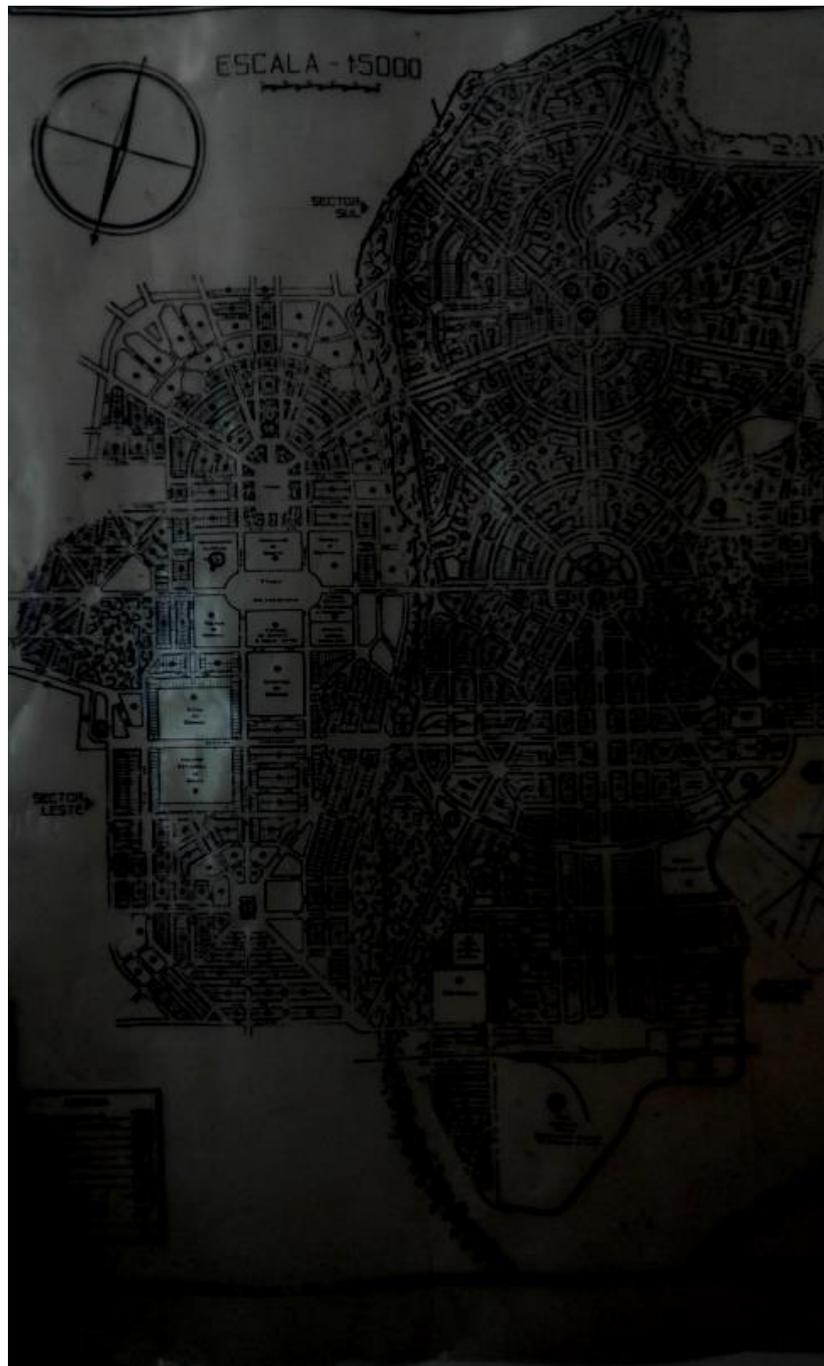
Foto 5. Plano de Urbanização de Goiânia, Planta Setor Sul, 1947, arquivo SEPLAN.

É a partir do decreto 574, de 12 de Maio de 1947 que a Fazenda Macambira entra na demarcação dos loteamentos. Vale ressaltar que também nas escrituras de doações e compras de terras para a nova Capital, território sob o controle do Estado a partir da ação do Diretor Geral da Fazenda, Heitor de Moraes Fleurí, não consta a fazenda Macambira, portanto, não era área do Estado, ao menos na fase de construção da cidade nas décadas de 30 e 40. Encontramos um decreto municipal, manuscrito, autorizando loteamento na Fazenda Macambira, de “propriedade do Senhor Júlio Ungarelli e outros” de 1951, que confirmam os estudos de Cordeiro (1989) e Moysés (2004), onde os autores afirmam que foi principalmente depois da lei de 1950, que desobrigou os proprietários de infraestrutura, que os loteamentos “explodiram” em Goiânia. Ou seja, mesmo depois de autorizados em 1947 não se consolidaram novos loteamentos, pois os proprietários não queriam arcar com o custo da infraestrutura.

Também servem como evidência deste processo a comparação entre as plantas da cidade: em comparação com a planta orientada pelo Decreto 90-A de 1938, na Planta Urbanística Geral de 1947 percebemos que o destaque está para expansão da região Leste da cidade, onde está a Vila Nova. A região do Macambira ainda não estava na delimitação urbana.



Foto 6. Planta Geral de Orientação com base no Decreto Lei 90-A de 30/07/1938, SEPLAN 2016.



Toda esta margem loteada à esquerda do mapa corresponde à região Leste, à esquerda do córrego Botafogo. Fica claro que este loteamento não existia na comparação com a planta de 1938. Percebemos também que na parte sul, que é o limite superior do mapa, não sofre mudança do seu limite. Ou seja, a urbanização de 1947 ainda não previa os loteamentos no terreno onde viria a ser o Setor Pedro Ludovico.



Foto 8. Plantas originais de 1947 com destaque para a expansão da região Leste. Arquivo, SEPLAN, 2016.

O Decreto de 1951, abaixo, pode ser interpretado como evidência dos pontos até aqui levantados. Trata-se de loteamento da “fazenda Macambira”.

Decreto nº 3

“Fica aprovado o loteamento de posse privada do senhor Julio Ungarelli e outros”.

O prefeito Municipal de Goiânia, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que dispões o artigo 6.11 de Decreto-Lei nº 574, de 12 de Maio de 1947, decreta:

Artigo único – Fica aprovado o loteamento de propriedade de Sr. Julio Ungarelli e outros, as partes de terras denominadas “Macambira” e “Arrancatoco”, neste Município **vistas no subúrbio desta Capital** de acordo com plano de loteamentos submetido a provação desta Prefeitura.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Goiânia, aos quinze dias do mês de Janeiro de 1951.

(Setor Sudoeste – Recortes de Jornais – 1981 – 2007- SEPLAN – destaque em negrito é do autor)*

Contudo, a fazenda Macambira não é a região de origem da “terra dos Macambiras” do Setor Pedro Ludovico. Tal fazenda é o sítio do futuro Setor Sudoeste, de fato, região também da expansão urbana da década de 50. Mas a fazenda que dá origem ao Setor Pedro é a “fazenda Serrinha”, que consta das terras adquiridas para construção da capital e estava na zona suburbana da cidade.

3.2.4 A ocupação da fazenda Macambira: “Entre tantos Pedros.

Os pioneiros do Setor Pedro Ludovico, setor que traz o nome do interventor, são migrantes, em sua maioria de nordestinos, e vieram em condições difíceis.

Esse Setor, o que acontece, ele era uma fazenda. Aí o governo tomou posse dessa fazenda. Aí vieram muitas pessoas. Meu pai, minha mãe, eles vieram da Bahia. Vieram de cavalo, gastou 35 dias para chegar aqui em Goiânia. Chegou na Vila Nova, da Vila Nova aí já começou a invasão do Pedro Ludovico que na época era Macambira, por causa da fazenda, fazenda chamava fazenda Macambira (Marli das Neves, 2012).

Alguns indicam, como no relato de dona Marli, que chegaram primeiro na Vila Nova, ou Setor Universitário, setores já existentes e regularizados desde 1947, depois se deslocaram para a fazenda Macambira. É também o que nos relata Ana Maria dos Santos:

Primeira Morada nossa foi no setor Universitário e depois do Setor Universitário agente mudou aqui para o Setor, aonde não tinha uma casa, só tinha rancho, então esses ranchos, meu irmão fez um rancho e agente mudou para dentro desse rancho, até que construiu o barraco (Maria Ana dos Santos, 2012).

Outro fator importante na migração deste período foi a cidade de Brasília. “Meu pai veio de Juazeiro, veio para Brasília, sem saber para onde ia. Eu acho que tinha chegado a hora dele sair do Nordeste, igual muita gente que largou sua cidade para procurar Goiânia” (Maria do Socorro Alves, 2012). Contudo, diferente da movimentação comunitária da Vila Nova - que se deu inicialmente com necessidade de levantar os barracos derrubados pelo poder do Estado e como pressão política pela regularização da Vila de concentração operária - na fazenda Macambira, ao menos na parte que deu origem ao Setor Pedro Ludovico, as ruas foram abertas e a população

controlada, inicialmente, por um representante do poder do Estado, um chefe da guarda civil, migrante nordestino de uma trajetória que se confunde com a formação da cidade, o Senhor Pedro Alagoano.

Agente veio pra cá porque tinha um senhor chamado Pedro Alagoano, então ele que tava assim, dividindo as terras aqui, é que o doutor Pedro Ludovico entregou na mão dele (Edna de Faria, 2012).

Há um acordo entre os moradores que Pedro Alagoano é o primeiro a abrir ruas e organizar os lotes no Setor, depois viriam outros que também ganhariam destaque como o senhor Manoel de Oliveira, também conhecido como “Manoel Guarda”, pois também era da Guarda Civil. Ao que tudo indica, foi Pedro Alagoano o primeiro líder comunitário reconhecido. Diferente da liderança comunitária de Boaventura, na Vila Nova, que atuava mobilizando a comunidade e pressionando o governo, Pedro Alagoano, Manoel Guarda e outros que vieram, atuaram em acordo com o poder do Estado. Mas quem era Pedro Alagoano e de onde se formou sua relação com Pedro Ludovico? Infelizmente, Pedro Alagoano morreu em 1997, mais de uma década antes de iniciarmos este trabalho, mas os filhos contam com detalhes a trajetória desse reconhecido líder comunitário.

Pedro Alagoano, ele era um homem nordestino, morava em Matinha de Água Branca, em Cachoeira de Paulo Afonso, então, tinha na época lá o cangaço, do outro lado né, Pernambuco. Intitulado líder lá era Lampião, Antônio Virgulino. Pedro Alagoano achou por bem de acompanhar uma parte do cangaço, que lá, praqueles rapaizin, quatorze, quinze anos, pra eles, aquilo ali era uma diversão né, acompanhar o cangaço. Como Maria Bonita era prima primeira dele, aceitou essa criança junto, e se tornou de criança já um líder, por ser muito fiel e muita coragem. Logo em seguida o cangaço foi disperso, aí vieram parar em Goiás, mexendo com garimpo. Aí chegando em Goiás, invés de ouro era bala. Que era a época da revolução. [...] Logo Pedro Ludovico ingressou eles num pequeno grupo de polícia civil.....aí Pedro Ludovico doou estas terras para o meu pai (Wanderley Guimarães dos Santos, 2012).

Sr. Wanderley chegou na região junto com o pai e com sua mãe, tinha 8 anos, era o ano de 1951. Trabalhava junto com os outros nove irmãos homens e duas irmãs mulheres, no cabo da enxada, ali mesmo, na chácara que receberam do Estado de onde todos tiravam o sustento e, segundo ele, era muito trabalho, mas era uma vida de fartura. Passou a vida toda ali e ainda mora na casa que a família construiu naquela época, hoje é a movimentada Avenida Leopoldo de Bulhões, como diz ele: “esta rua tá no mesmo lugar e essa casa nunca foi bulida”.

Todos os antigos moradores reconhecem a contribuição que Pedro Alagoano deu para o bairro. Dona Maria Rosa dos Santos (2012) diz que “ele tinha uma vara de medir

os lotes” e diz que ele ajudou muita gente no setor. Misael de Oliveira (2012), filho do Manoel Guarda, lembra que a primeira “jardineira” que teve ali era do Pastor Pedro Alagoano, que fazia a linha da “Macambira até o centro”. Maria das Neves (2012), outra pioneira do Setor, diz que “a primeira igreja foi a igreja evangélica fundada por Pedro Alagoano, igreja pequena também, aí se você era católico ou espírita, todo mundo ia para igreja do Pedro Alagoano”, nos diz Maria das Neves.

Frei Adriano (2012) nos diz que chegou no Setor Pedro em Maio de 1958 e nos relata algumas rixas com Pedro Alagoano e a atuação dele indicando os lotes para quem chegava:

O Pedro Alagoano, quando nós chegamos lá, ele atacou o Frei Demétrio, dizendo que se o Frei Demétrio que tinha curso superior e se colocou num bairro, era porque era meio fraco de ideia. Então Frei Demétrio começou a briga e eu comprei a briga...agora ele [Pedro Alagoano] é benemérito porque, no começo, quando chegava os nordestinos, ele trabalhava, acho que no Palácio, e ele sempre, quando chegava nordestino, ele...você se coloca aqui, você aqui, mas não era dentro de lote. Tinha o loteamento todo piquetado, mas ele dizia você se coloca aqui, você lá. Ele indicava, num indicava tecnicamente (Frei Adriano, 2012).

Trata-se de um outro tipo de ocupação, diferente da Vila Nova. Havia, nesse período (do relato do Frei Adriano, após 1958, ano de sua chegada na região), piquetes marcando os lotes, como nos diz Frei Adriano. Contudo, tudo indica que já havia barracos naquelas terras na década de 40, já que Pedro Alagoano foi designado para “ordenar o povo” daquela região no ano de 1951. Portanto, a ocupação, no sentido da formação do bairro é que se deu na década de 50 e controlada por um homem de confiança de Pedro Ludovico. Seja lá qual for exatamente esta relação de confiança, ela existia. Noemi, filha de Pedro Alagoano, tem uma lembrança forte sobre a responsabilidade do pai com a ocupação:

[...] e um dia a gente acordou com barulho de machado e tal, aí levantou todo mundo, era o povo invadindo isso aqui. Aí eles designaram meu pai e mais uns quatro policiais para tomar conta disso aqui, pra pôr ordem no povo, porque o povo brigava também (Noemi dos Santos, 2012).

Ainda sobre os nordestinos que chegavam, Frei Adriano reforça a condição de miséria dos migrantes e também a relação que os migrantes tinham inicialmente com a Vila Nova.

Eu encontrei 817 famílias de nordestinos na miséria, porque, quando construíram Goiânia, os governos de Goiânia deram Vila Nova. Uma segunda turminha foi para Nova Vila. E o resto, que não tinham muita

cabeça, não tinham terreno, invadiram Macambira (Frei Adriano, 2012).

Pelo que podemos perceber dos relatos dos moradores, houve um momento de ocupação que se organizou a partir da intervenção de Pedro Alagoano. Em um outro momento, houve a regularização dos lotes. Tal regularização não aparece como atendimento a uma reivindicação coletiva, por ação de alguma associação ou coisa do gênero, ao contrário, foi-nos relatado como ação de pessoas ligadas ao governo. Não encontramos aqui uma memória coletiva a partir de uma luta comum. Não identificamos mutirões para construir casas, como houve na Vila Nova, muito menos qualquer forma de resistência organizada. Há um reconhecimento de pessoas que contribuíram muito para o bairro, como relatam os moradores. Mas esta contribuição é sempre individual e sustentada na boa relação que estes indivíduos têm com o governo.

Há, é verdade, uma memória comum das dificuldades da chegada ao lugar, uma experiência compartilhada (HALBWACHS, 2009) que é, ao mesmo tempo, uma espécie de “não lugar”, lugar a ser construído ou não, de onde poderia ser expulso a qualquer momento. Não se conheciam os acordos e o que os sustentavam. Alguns acordos nem existiam. Fazia-se um rancho e não uma casa. Depois, dando certo, o rancho poderia até virar casa. Há também uma memória comum sobre a ação de indivíduos que muito ajudavam o povo que chegava, mas não de uma ação organizada com protagonismo coletivo dos que chegavam, dos migrantes, na construção do lugar. O que não significa que os moradores não construíram um vínculo com o lugar, mas um vínculo narrado a partir das experiências e sofrimentos individuais, e também na lembrança da ação de indivíduos ligados ao governo que ajudaram a aliviar esse sofrimento.

Uma outra experiência compartilhada é a comunhão em torno da “igrejinha” dirigida por Sr. Pedro Alagoano. Ela foi a primeira igreja da região e todos, inicialmente, independente de crença, frequentavam esse espaço. A partir da igreja também se davam as ações de “caridade” e assistência às famílias. No espaço da igreja funcionava uma Associação, a Associação do Amor Fraternal. Era essa associação que cuidava dos migrantes desamparados com o auxílio de Dona Gercina Borges e da LBA (Legião Brasileira de Assistência). A Igreja de Deus no Brasil ainda está no mesmo lugar, ou melhor, quase no mesmo lugar. Na época era uma rua, quase um “trieiro”, hoje é a Avenida Leopoldo de Bulhões.

...tinha o Clube Fonte de Amor Fraternal e a sede ainda existe até hoje, aonde é a Igreja de Deus, que meu pai fundou, eles eram evangélicos. Então fundou a Igreja de Deus, a primitiva igreja. A partir da igreja então, ocupava salões da igreja, tudo né, e aí que era feito os trabalhos. Saíram da avenida e já passaram a pertencer, só que o Clube da Mães ele era público, ele não era religioso, vinha quem quisesse, a

religião que tivesse né, não era pertencente a igreja, ele pertencia a ... era um Clube das Mães Fonte de Amor Fraternal e fazia um trabalho e esse trabalho envolvia tudo, de toda a carência que tinha esse pessoal que queria passar pelo Clube das Mães seria bem vindo, porquê aí era um trabalho que eles faziam (Wanderley dos Santos, 2016).

A Igreja Católica dirigida, posteriormente, já no processo de regularização do bairro, também se afirmou na mesma perspectiva da caridade, do assistencialismo frente a uma população pobre de migrantes.

[...] durante 8 anos, de Maio de 1958 até 1966, eu fui tudo lá no bairro, eu tinha que buscar médico, se tinha que buscar a enfermeira, buscar remédio, eu tinha moto. O Manuel também ajudava, o Manuel era polícia do Palácio. Então tudo eu tinha que buscar, remédio, buscar isto, buscar aquilo. Quase todas as tardinhas ao escurecer, Frei corre chamar Dona Zilda que a mãe tá pra ganhar neném. Eu ia a Goiânia lá perto do antigo estádio Pedro Ludovico pegar Dona Zilda, ela vinha na garupa da moto eu trazia, enquanto ela fazia o parto eu segurava uma vela que não tinha luz. Depois eu levava ela de volta (Frei Adriano, 2012).

Mas esse lugar de tanta dificuldade, também tem, na memória dos pioneiros, um lugar de lazer, o cinema do Sr. Geraldo, que funcionou inicialmente na igreja católica.

[...] comprou uma máquina um projetorzinho de 35 milímetros, a coisa não tinha nem aonde fazer, tipo assim, tocar um cinema, aí o padre na época cedeu o espaço pra ele tocar o cinema lá. Aí ele tocou e foi agilizando, aí logo, logo ele ganhou esse lote em cima a qual ele montou o cinema. Você sabe aquele sonho de criança? Aquele sonho de criança, você trabalhava na porta do cinema, a qual o seu sonho era entrar dentro do cinema. Era você participar daquilo, daquela história. Então acho que ele pôs aquilo, um dia vou ser dono de um cinema (Altamir Martins, 2012).

Misael também guarda lembranças do cinema:

[...] ah o primeiro cinema aqui foi do Sr. Geraldo. O cinema era aqui em cima, aqui ao lado na avenida Circular. E posteriormente, já no final da década de 70 ele transferiu também na própria circular, aqui pra baixo na rua 1024 com a Circular (Misael de Oliveira, 2012).

Percebemos que tanto a igreja, lembrada pela ação do padre, como o cinema, espaço de lazer comum, por iniciativa do Sr. Geraldo, constituem espaços importantes de sociabilidade mas não são, como no caso da Liga dos Amigos da Vila Nova ou do time da Vila Nova, constitutivos da própria representação que se faz do bairro. Ao contrário, como já afirmamos, são de ações de indivíduos que moravam no bairro.

Sobre Pedro Reinaldo dos Santos, o Pedro Alagoano, ex cangaceiro, pastor, líder comunitário, também foi dono da primeira linha de ônibus fazendo o trecho Macambira-

Centro. Teve outras linhas de ônibus intermunicipais, fato que nos relatou seu filho Wanderley dos Santos (2016), mas acabou perdendo tudo. Segundo nos relata seu filho, incendiaram os ônibus de seus pais para tentar tirá-lo do caminho, para dar lugar a grandes empresas na exploração do transporte coletivo. Como não tinha recursos para comprar outros ônibus, acabou saindo do negócio. Mas o que é relevante, para algumas conclusões provisórias, por hora, é a incontestável presença de Pedro Alagoano na formação do bairro, sua liderança comunitária e sua ação na organização do loteamento.

De 54 até 1961 mais ou menos, era essa invasão. Aí o Juca com o pessoal lá conseguiu organizar, Pedro Alagoano, fizeram assentamento, sentaram, demarcaram os lotes, aí começou a urbanização do bairro né (Marli das Neves, 2012).

A trajetória de Pedro Alagoano pode ser vista, ainda, como uma espécie de alegoria da nossa modernidade. O ex-cangaceiro, primo de Maria Bonita que se torna fiel ao interventor de Vargas em Goiás, atua na formação do território da cidade de traços modernos, mas não como sujeito do centro, é antes de tudo um sujeito periférico: da periferia do Nordeste migrou para outra periferia, contudo teve uma importante ação no processo de integração dos migrantes assentados naquela região ao projeto da cidade que estava em curso. O cangaço como expressão típica de banditismo na periferia, combatido e disperso pelo Estado modernizador e centralizador, acabou por integrar, em outros territórios, alguns desses sujeitos dispersos. São “esses sujeitos” que tornam a modernização capitalista no Brasil possível, são traços típicos de nossa modernização.

Pedro Alagoano e sua família carregaram a experiência dele no cangaço como orientação para vida. Isso fica claro na entrevista com Sr. Wanderley. O valor moral contra as injustiças sofridas pelo povo do Nordeste, tendo Lampião e Maria Bonita como justiceiros. Ao mesmo tempo, um sempre possível e perigoso retorno às origens, como um fantasma que deveria ser controlado. Wanderley conta que quando queimaram os ônibus da empresa familiar e eles não tinham recursos para comprar outros, dona Vitória ficou com medo que o espírito adormecido do cangaceiro retornasse e pediu para os filhos para “deixarem aquela estória pra lá”, era melhor assim.

Então é essas é a revolta que mamãe também ficou com trauma né, das histórias que o marido dela contava quando veio pra cá. Aí ela achou por bem de não mexer com bronca, senão essa história nunca acaba. Porque injustiça toda hora tem, mas era fácil pegar o vizinho e tocar fogo nos órgãos deles também, né, passava bala em todo mundo, aí que ia renascer um trem que tava em fumaça mas tá quieto, certo. De Lampião tem muita gente, ainda agora, há pouco tempo veio um neto dele aqui. Sempre eles vinham aqui em papai, eles tinham sempre comunicação (Wanderley dos Santos, 2016).

Contudo, havia um outro representante do poder do Estado no nascimento do Setor Pedro Ludovico, atuando na fiscalização dos lotes, segundo relatam os moradores. Era Luisão, o mesmo que atuava na ocupação da Vila Nova.

Foi no tempo da política do doutor Juca, ele soltou um fiscal, o jipe era do Luisão...o Luisão era o fiscal desse lote aqui...que ninguém podia fazer nada sendo que não tivesse a orde ...se o Luisão desse orde fazia e se o Luisão não desse e fizesse ele chegava lá e derrubava. (Maria Rosa dos Santos, 2012).

Os filhos dos pioneiros também guardam recordações do tempo de criança e da atuação dos fiscais, o que nos leva a perceber o quanto essa atuação coercitiva do poder do Estado, representada pelos fiscais, marcou a experiência de vida dos moradores.

[...] e a gente desde pequenininha acompanhando essas brigas também, então, quando o Luisão chegava no jipe com a polícia, com seu Armando, seu Ranufo, que era...capataz...naquela época que falava né?... ai quê que acontece...era só mato mesmo...aí quando os menino via o jipe preto...todo mundo corria, queria esconder debaixo da cama, dentro de casa, de qualquer lata, porque tinha medo dele (Maria das Neves, pioneira do Setor Pedro Ludovico).

Não conseguimos identificar nenhum lastro familiar ou de companheiros do reconhecido Luisão, esse “fiscal jagunço” constantemente a serviço do Estado e de Pedro Ludovico. Pelo tipo de atuação informal e violenta, é compreensível que ninguém, mesmo que tendo em algum momento atuado conjuntamente com ele, queira revelar tal ligação. Fato é que Pedro Alagoano não se dava bem com esse “fiscal jagunço”, o que provocou uma duplicidade de poderes informais. Noemi, filha de Pedro Alagoano, relata que Luisão vivia a ameaçar Pedro Alagoano.

O Luisão prometia matar o Pedro Alagoano, porquê meu pai ia e meu pai era policial também e estava com eles sabe, aí ele falava: - Vou matar o Pedro Alagoano! Mas nunca encarou meu pai de cara a cara. Meu pai era bravo, era pastor mas era bravo (Noemi dos Santos, 2012).

A impressão que temos é que Pedro Alagoano tinha o comando do território no início e que, a partir da regularização do loteamento, este deixara de ser o representante do Estado. Pedro, por sua existência simples e tradicional, não fez carreira na política e não ficou rico. Parece-nos que em algum momento foi “atropelado” pelas novas relações econômicas e pelas novas relações políticas. Tratava-se, arriscaríamos dizer, “de uma ética protestante sem espírito capitalista”.

Essas impressões foram confirmadas por Wanderley Guimarães dos Santos (2016). Segundo nos relata, quando eles chegaram na região, em 1951, seu pai foi

designado por Pedro Ludovico para “tomar conta do lugar”. E, pelo que percebemos, ele assim o fez. Demarcou lotes e organizou o lugar do povo morar, organizou a igreja e orientou a vida moral e espiritual; viabilizou o transporte para o centro. Mas, com o processo de regularização do bairro, os lotes foram remarcados, e aí começou “a tensão dos piquetes”.

Os moradores não queriam seguir o plano e, para obrigá-los a ficar onde, e da forma como estava definido no plano, lá estava novamente o “fiscal jagunço” Luisão. Pedro Alagoano estava preocupado em garantir as moradias do povo, sabia que depois de assentado seria difícil que alguém perdesse a terra, mesmo que houvesse mudanças na demarcação. Como já observamos nos relatos de Frei Adriano (2012), “ele [Pedro Alagoano] não indicava de forma técnica”. Wanderley parece confirmar essa atuação de Pedro Alagoano. Mas faz questão de dizer que pouco teve que ser mudado, pois Pedro Alagoano, fazendo uso de sua “vara de medir”, sabia o que estava fazendo. Seja como for, a tensão entre os moradores e Luisão deu-se nesse processo de regularização dos lotes.

“...O Luisão aparecia aqui como carrasco, papai entregava o lote pra pessoa, ele vinha e derrubava o barraco. Ele aparecia com poder próprio, dele mesmo. Ele atuava como fiscal de embargo de construção, já existia aquele negócio que tinha que ser na planta. E já com papai, entregava pra você: - Constrói aí do jeito que dá. Que se deu pra você entrar pra dentro, tá valendo, ao relento você não tá. Entrar pra dentro pra garantir a casa, o lote e também a povoação. Aí se não fosse lá na divisão pegar a autorização, o Luisão vinha no outro dia e tacava a casa no chão e aí saía aquele povo correndo atrás dele, brigando. Muitas vezes papai dava cadeia nele em pleno cerradão, acaba de arrumar sua vida aqui, o outro chega e desgraça tudo de novo, uai então tem que... esses homens eram homens fieis ao Pedro Ludovico, e para o Dr Pedro, a função do Luisão era uma, e a função de papai era outra (Wanderley Dos Santos, 2016).

Conforme pesquisa de Gonçalves (2002), sobre os projetos de regularização do Setor, a partir de 1958, houve realmente uma tensão com os moradores que já estavam assentados, vistos como invasores, ou seja, os ocupantes que tinham construído suas casas a partir da orientação do Sr. Pedro Alagoano, conforme nos revelaram as entrevistas. Gonçalves (2002) apresenta um relatório de trabalho da época da execução do projeto do Setor. O relatório é de Ewald Janssen, responsável pelo projeto do bairro.

Senhor Secretário, Dadas as dificuldades encontradas na demarcação da parte invadida no “Setor Pedro Ludovico”, por dos moradores que se opõem, de todos os modos a que sejam furadas as paredes de suas residências para [que os] piquetes [sejam] colocados, obrigando-nos a refazer grande parte dos serviços, vimos a presença de V. Excia.,

solicitar um reajustamento nos preços de demarcação daqueles lotes, por nós contratados.

Entretanto, achamos mais viável em vez do reajustamento pretendido, sermos recompensados aos trabalhos que tivemos de refazer, permitindo V. Excia., seja entregue a demarcação do “Setor Pedro Ludovico” apenas com os marcos dos eixos das ruas e cantos de quadras daquela parte invadida, que totaliza 1341 lotes.

A demarcação dos demais lotes num total de 7243 unidades, inclusive as áreas públicas, já se acha em vias de conclusão [...] (JANSSEN, 1958, in GONÇALVES, 2002, p. 144).

Sobre a relação entre a “invasão” no Setor Pedro e a Vila Nova, além dos que passaram antes pela Vila Nova e depois foram “invadindo”, levantando os ranchos, como relatam os moradores, encontramos um jornal do início da década de 60 que registrou ação dirigida pelo Estado, transferindo 60 famílias da Vila Nova para o já regularizado Setor Pedro Ludovico.

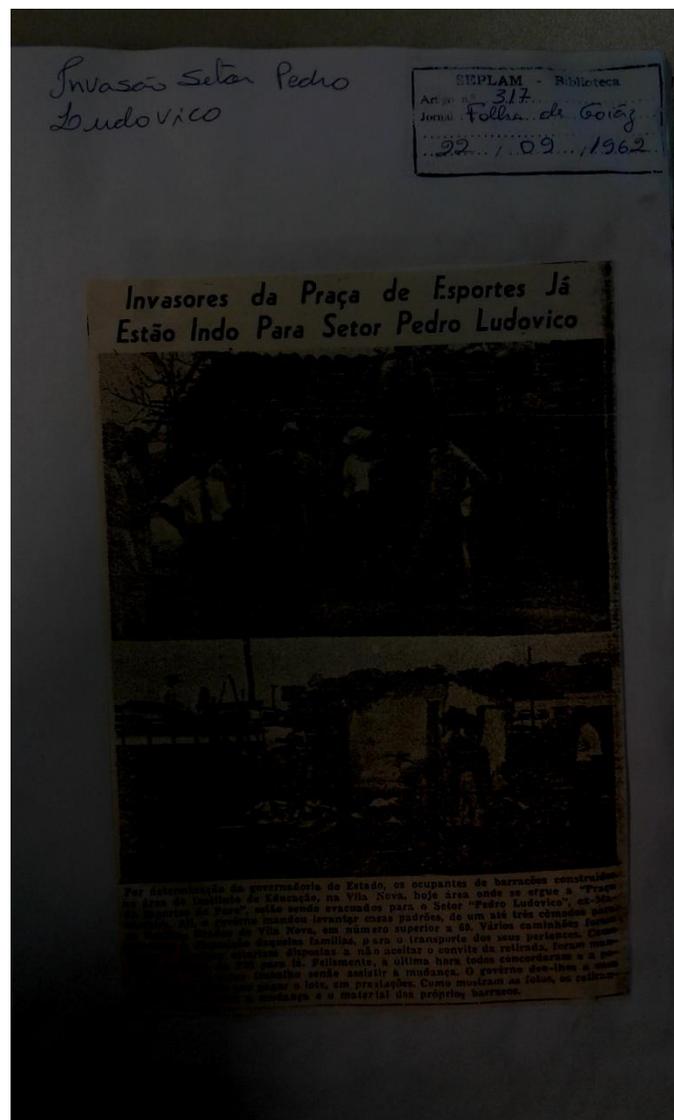


Foto 9. Folha de Goiás, 22/09/1962, arquivo SEPLAN, Pasta Setor Pedro Ludovico, 2016.

Outra questão que podemos perceber é que parte da fazenda foi colocada pelo Estado para atender demanda popular por moradia. Não encontramos o documento de doação ou venda de parte da fazenda Macambira para o Estado, e até hoje existem lotes irregulares no Setor Pedro Ludovico. Contudo, após uma segunda entrevista com Wanderley Guimarães dos Santos (2016), as dúvidas quanto à terra que deu origem ao Setor Pedro Ludovico foram esclarecidas. Wanderley afirmou que aquela região era fazenda Serrinha e não Macambira, e que os moradores eram chamados de Macambira por causa de uma planta do Nordeste, que, segundo ele, os nordestinos sempre cultivavam “onde iam”, pois era rica em água e a massa da planta alimentava todo tipo de animais, e, em condições difíceis, servia de alimento para os próprios migrantes.

A expressão “Macambira” tornou-se também pejorativa, como forma de se referir a “invasores”, como eram vistos os moradores da região. São vários os relatos neste sentido. Mas antes de se tornar Setor Pedro Ludovico, o setor também foi conhecido como Setor Gercina Borges. Foi a presença assistencialista de “Dona

Gercina”, esposa de Pedro Ludovico, que marcou a presença mais evidente do Estado naquela região. Wanderley Guimarães dos Santos (2016) nos diz que a mulher do doutor Pedro atuava junto com sua mãe, dona Vitória Guimarães, nas obras assistenciais. Distribuição de comida, cursos de culinária eram frentes, como relata Sr. Wanderley.

...a Dona Gercina vinha em pessoa ajudar a mamãe distribuir alimentação, desse povo vieram de vários cantos do país, que tem nordestino, tem muito baiano, tem tipo de classe de pessoas que foi vindo de outros lugares. Não foi só os do córrego Botafogo, preencheu isso aqui mais com nordestino mesmo, e eles vinham só com a comida o tantinho de chegar aqui e aí teria que fazer a alimentação, que eles não tinham nada, e aí mamãe tinha que apelar pra Dona Gercina, que mandou. Entregar o lote era fácil, agora o problema era dar comida, dar a manutenção pra esse povo. Dona Gercina vinha e juntava na fila e distribuía comida. Mamãe já juntava as mulheres já aproveitando dando aula de culinária a essas mulheres para aprender fazer comida (Wanderley dos Santos, 2016).

Em que pese Pedro Alagoano ser lembrado por todos os antigos moradores como o “fundador do bairro”, ele e sua família foram perdendo a relação com o Estado, foram substituídos a partir da regularização do loteamento, assim como desaparecera o cinema do Sr. Geraldo. Sr. Pedro Alagoano “não se envolvia em política”, como diz seu Wanderley. Outros sujeitos, durante a entrega do loteamento as famílias, foram se destacando e ganhando expressão eleitoral, como Sr. Manoel de Oliveira, o “Manoel Guarda”.

Foi onde entrou meu pai, meu pai e o seu João doceiro, Manoel Guarda e João Doceiro, João Doceiro dirigia o caminhão e Manoel Guarda o jipe, e eles começaram a entregar a legalização porque a ocupação já tinha sido feita pelo seu Pedro Alagoano e outros moradores, ele foi o que fez a ocupação da área de posse (Misael de Oliveira, 2012).

A regularização dos lotes trouxe junto a necessidade de dizer quem eram os pioneiros do bairro para ganhos eleitorais. Como não houve, na formação do bairro, uma intensa expressão coletiva de luta, organização ou solidariedade, a não ser entorno da caridade das igrejas, as experiências são facilmente escondidas e substituídas por outras. Contudo, mesmo não estando nos recortes de jornais e nem um outro meio de comunicação, a família de Pedro Alagoano é reconhecida pelos antigos moradores como pioneiros.

Vale lembrar que estes são sujeitos com os quais foi possível dialogar, alguns dos que ficaram no bairro diante da miséria dos primeiros anos de sua formação. Talvez

nos diga muito os que não ficaram, com os quais não foi possível dialogar. Todos os relatos orais evidenciam a pobreza da população composta por migrantes que não paravam de chegar e que não tinham nem mesmo o que comer. Tal situação levou muitos a aceitarem qualquer tipo de trabalho. Segundo nos relata Wanderley Guimarães dos Santos (2016), caminhões de homens desempregados eram levados para trabalhar na roça pelo “gato” mas não recebiam e muitas vezes não conseguiam voltar. A história do bairro é também a história da saga dos migrantes e se encontra com o trabalho no campo. Outros venderam os lotes e migraram para outras periferias.

Ao que tudo indica, a expansão urbana nesta periferia foi, inicialmente, uma ocupação dispersa de ranchos e, em um segundo momento (1951), foi organizada, a partir de orientação do próprio Pedro Ludovico, pela ação do Sr. Pedro Alagoano e sua família, e posteriormente foi assumida diretamente pelo Estado (1958). Analisando esse movimento de expansão urbana, com a ocupação de bairros afastados sem infraestrutura, a partir da construção de moradias populares na periferia, Moysés (2004) conclui que este foi um movimento típico dos loteamentos aprovados na década de 50.

A prática da estocagem de terras (lotes, loteamentos inteiros e glebas ainda por parcelar) na década de 50 foi pior do que a ocorrida na década de 40. Porque as áreas mais próximas do centro urbanizado ficaram reservadas à espera de valorização, enquanto os loteamentos mais distantes, sem infraestrutura, eram vendidos a preços mais baratos para as classes mais pobres, que os ocupavam rapidamente (MOYSÉS, 2004, p. 158).

Segundo o economista que trabalhou na SEPLAN e se dedicou aos estudos urbanos, elaborando antecedentes históricos dos planos diretores, “como consequência” desse processo destacam-se alguns aspectos que caracterizaram os anos 50 e 60” (MOYSÉS, 2004). Um deles seria a maximização dos lucros do setor imobiliário, a custo “quase zero”, somente abrindo ruas e vendendo lotes afastados sem investimentos. Caberia ao poder público arcar com toda infraestrutura, como “pavimentação das vias coletoras” e rede de energia elétrica. O segundo aspecto seria “a dispersão de moradias” em condições nas periferias, de forma extremamente precária.

Desde 1951, o governo controlava a ocupação. É possível dizer que não houve pressão entre os moradores e o governo no sentido de uma organização coletiva lutando para garantir o loteamento, e que esse novo momento de expansão urbana acabou por levar à regularização do loteamento e à formação do Setor Pedro Ludovico, conduzido, ao que tudo indica, pelos interesses de um sujeito social que se formava naquele momento, a especulação imobiliária. Outros bairros não eram “invasões”, e surgiram nesse mesmo período. Aliás, a década de 50 é a década dessa expansão dos loteamentos nas antigas áreas suburbanas, formando a periferia da cidade. O gérmen da especulação,

lançado ainda na aquisição das terras para construção da cidade, encontrava condições para o seu desenvolvimento.

Os vazios urbanos em áreas mais próximas do centro valorizavam-se com a expansão das periferias, mas o setor imobiliário ainda era embrionário, segundo Moyses (2004), estavam tomando consciência de sua condição e possibilidade de intervenção junto ao Estado. Na década de 50, esse sujeito social vai ganhando expressão diante da expansão dos parcelamentos.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Planejamento, enquanto, na década de 30, haviam sido aprovados apenas seis bairros, justamente os que compunham o plano original da cidade, nos anos 40, apenas dois foram aprovados. Já na década de 1950, houve uma explosão na história dos parcelamentos urbanos de Goiânia: simplesmente 160 parcelamentos foram aprovados. O PDIG/2000, no seu capítulo Antecedentes Históricos (1992: 12), reconhece que, entre os meses de junho a dezembro do ano de 1950, foram aprovados 1.300 lotes. Esse “boom” resultou das alterações feitas na legislação urbana em vigor (Lei Municipal 176, de 16/03/1950, e Decreto nº 16, de 20/06/50)...os proprietários de terra desobrigavam-se da infra-estrutura, sendo responsáveis apenas pelo arruamento, situação confortável, já que o custo da infra-estrutura (MOYSES, 2004),.

Os migrantes da década de 50 não teriam acesso às terras centrais, como foi o caso dos moradores da Vila Nova. Eles até tentaram. Como vimos, houve um deslocamento de barracos para a região Sul que vieram exatamente daquela região. Fechava-se um ciclo do poder de pressão dos trabalhadores que vieram para construir a cidade. Os migrantes da década de 50 foram atraídos formando um mercado consumidor e uma concentração de mão de obra que barateou o custo da força de trabalho, só que agora com menor poder de negociação. Foram sendo deslocados para as periferias, contribuindo para a valorização das terras do centro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade nova de fronteira como construção social, tensão e negociação. Determinação e forma particular do capitalismo nesta periferia, a construção de Goiânia atraiu migrantes das regiões mais pobres do Brasil para o trabalho mais pesado de suas obras. Esses migrantes tiveram que organizar seu lugar de morar fora do plano urbanístico da cidade. Percebemos esse movimento em sua relação com os decretos e relatórios dos “homens do centro”. Homens do centro é uma denominação forte extraída do romance *Chão Vermelho* que separa estes dos sujeitos: o homem do centro e o homem do bairro. Este último é o migrante que se insere e participa ativamente da constituição e da forma da cidade; do movimento de formação e expansão urbana da cidade de Goiânia. Percebemos esses dois movimentos como movimentos distintos, o de formação e expansão, mas constitutivos de um mesmo processo.

Notamos que há determinantes para além das vontades dos sujeitos, como a condição de capitalismo periférico, onde morar, vestir e se relacionar com os outros são necessidades e experiências determinadas pela história da formação social brasileira. Isso que diz respeito a um movimento mais amplo, mas que, ao mesmo tempo, esse movimento particular da formação dos bairros populares na “periferia da periferia”, de uma cidade nova de fronteira, tem uma história onde as intenções e ações dos sujeitos concretos enfrentam as condições históricas determinadas que guardam relação com o movimento mais amplo, ao mesmo tempo determinando esse movimento. Forma-se assim o nosso “ornitorrinco no cerrado”.

Vale destacar que nossa análise sobre o sentido do controle exercido pelo interventor de Vargas na formação do espaço urbano de Goiânia, nas décadas de 30 e 40, concorda em vários pontos com estudos do urbanismo que tomamos contato, como Cordeiro (1989), Moysés (2004) e Gonçalves (2002). Contudo, acrescenta um ponto aos estudos que tratam do período, é o que imaginamos. Juntamos relatos orais e ações do poder normativo na formação da cidade para tentar compreender a relação dos bairros populares com a formação e expansão urbana de Goiânia, inserido em um processo amplo da particularidade do desenvolvimento do capitalismo na periferia da periferia.

De modo geral, existe acordo de que há um controle e que o Estado é planejador e centralizador na figura de Pedro Ludovico até 1945. Quanto a isso, estamos também de acordo. Entretanto, o que nos parece necessário acentuar é que a viabilidade do projeto dependia fundamentalmente dos operários na construção da cidade e dos camponeses na agricultura, isto é, dependia dos migrantes. A migração para Goiás na

década de 40 foi intensamente rural e não urbana, conforme estudos de Campos (1987) e Borges (2000). Se, por um lado, a agricultura colocava o Centro-Oeste como novo celeiro para garantir a industrialização do Sudeste, ampliando a fronteira agrícola, por outro lado, viabilizava a existência do entreposto comercial desse projeto de interiorização e integração capitalista, ou seja, a cidade de Goiânia.

Talvez essa nossa afirmação gere um certo desconforto. Não é um trabalho de pesquisa sobre a formação urbana? Porque falar do campo? De fato, a porta aqui aberta pode deixar a impressão de que nos desviamos do objeto. Mas, talvez, se nos atentarmos para as trajetórias daqueles que vieram para construção da cidade, nossa conclusão faça sentido. Uma cidade nova no processo de expansão da fronteira. São migrantes os que a fazem. Migrantes mobilizados para a zona rural e urbana.

Por outro lado, os poucos recursos para construção da cidade também nos levam a questionar: de onde viria o excedente para construção de uma cidade em meio a uma crise econômica que afetou o mundo inteiro, a crise de 1929? A base desse processo era o trabalho no campo, descoberto de qualquer legislação trabalhista (barateando o custo da produção na agricultura, gerando excedente para exportação) e o trabalho dos operários na cidade nova de fronteira.

Segundo Oliveira (2009), é a expansão horizontal da fronteira com baixo nível de capitalização constitutivo que torna possível a conciliação entre os interesses da burguesia industrial do Sudeste brasileiro e tradicional elite latifundiária agro exportadora. Aliás, foi muito comum esses setores se fundirem. A expansão horizontal com baixa capitalização é dirigida pelo Estado como regulador das relações capital trabalho e definidor das regras de exploração do território. Goiânia nasce como um centro de poder regulador da fronteira.

Em Goiás, a expansão da agricultura foi marcante no processo de integração ao projeto e industrialização do Sudeste. Como bem definiu Campos (1987), Goiás de 1912 a 1929 foi dominado pelos pecuaristas que controlavam a economia local e não tinham interesse na sua diversificação, utilizando-se do isolamento como estratégia de poder.

Seja por falta de recursos, seja por desinteresse, o certo é que o Estado não dispunha de meios de comunicação necessários ao escoamento da produção agrícola. A via férrea somente nos meados dos anos vinte atinge uma parcela do sul do Estado. As estradas de rodagens e as pontes foram sempre construídas e exploradas por particulares. E ao que tudo indica este descaso é expressão da política dos pecuaristas (fazendeiros) que controlavam a economia e a administração pública estadual no período. (Campos, 1987, p.24)

Um dos sentidos do processo de hegemonia da burguesia industrial no bloco no poder, a partir de 1930, foi a inserção da economia goiana no novo padrão de acumulação, jogando papel no desenvolvimento da agricultura para atender as demandas da industrialização do Sudeste. Campos (1987) analisou que as oligarquias pecuaristas foram deslocadas do poder do Estado com o golpe de 1930. E, após esse deslocamento, houve um processo de valorização das terras goianas com ampliação da estrada de ferro e desenvolvimento da agricultura.

Ao analisar a engrenagem política, Campos (1987) evidencia que 85% dos Presidentes do Estado eram ligados a Velha capital e eram ligados a economia pecuarista, de 1912 a 1929. Se o isolamento era uma estratégia de poder das velhas oligarquias, as novas oligarquias no poder, a partir de 1930, conectadas a integração econômica dirigida pela burguesia industrial, desenvolveram a rede de comunicação, a agricultura e fizeram o deslocamento político da administração do Estado, planejando uma nova capital também como estratégia de poder. Tudo isso só seria possível com baixos níveis de capitalização, e atrair os migrantes foi fundamental para realizar o projeto.

Na construção da nova capital, os migrantes, operários das décadas de 30 e 40, deram sentido à luta de afirmação de sua existência no lugar – por exemplo, por meio da Liga dos Amigos da Vila Nova, do time de futebol e da vida comunitária. Mesmo em condições difíceis, de muita violência, tal processo possibilitou uma negociação, já que a demanda por força de trabalho era uma questão central. É verdade, uma negociação “por baixo” para os trabalhadores, se levarmos em conta as condições de trabalho e de moradia. Enquanto isso, no campo, a tensão se desenvolvia mais pela violência e pelo trabalho similar ao trabalho escravo que pela negociação. O relato do Sr. José Cirqueira é dramático nesse sentido.

A gente chegava sem dinheiro. Vinha em cima de um caminhão, da Bahia, do Maranhão, de qualquer lugar. Chegava aqui, o cara ia lá, no local, né, contratado. Chegava aí, eu tava aí, na pensão, eles comprova, igual eu fui vendido, igual eles, eles foram vendidos também. O gato lá, o fazendeiro, pagava a pensão e levava, colocava a gente no caminhão, como eu fui. Olha, o pequeno sempre sofreu e vai sofrer toda vida (José Cirqueira, 2012).

Além do trabalho similar à condição de escravo, “comprado pelo gato”, muito comum em Goiás, os trabalhadores que não estavam exatamente nesta situação também não contavam com as mínimas garantias trabalhistas, elas ainda não se estendem ao

campo. O trabalhador rural estava totalmente descoberto de direitos trabalhistas. E, vale lembrar, na década de 40, a grande maioria da população era rural. Essa população estava sendo expulsa de suas terras e sendo atraídas para outros lugares.

No caso brasileiro, como de outros países sulamericanos como o Chile (S. Gomez, 1982), houve uma segmentação dos modos de instituir normas e arcabouço jurídico para regular o mercado de trabalho: nas cidades foram implantadas leis (vide CLT de 1943) e criadas a justiça e a inspetoria do trabalho, nos momentos em que a industrialização por substituição de importações ganhava novo ritmo; o campo foi considerado como o universo do “usos e costumes”, ou seja, das práticas de dominação tradicionais dos senhores de terra. Em verdade, o projeto inicial de Vargas parece ter sido o de estender aos trabalhadores do campo as vantagens concedidas aos trabalhadores urbanos. Contudo a oposição de representantes políticos ligados aos grandes plantadores foi tenaz e bloqueou qualquer tentativa de haver evolução simultânea das normas trabalhistas urbanas e rurais (GARCIA, 2003, p.19).

Sobre o trabalho em Goiás nesse período e sobre os limites da relação de assalariamento, temos relatos de trabalhadores que foram chegando para construção da cidade que podem nos ajudar a perceber esse movimento:

Eu não tinha carteira assinada. Trabalhei quinze anos na marmoraria. Foi passando, foi passando e eu fui deixando tapear como ele quis. Me prometia que ia me indenizar e me aposentar. Foi me levando. Ele morreu e ficou em nada (WIEDERHECKER, 1987)

O Sr José Fernandes, um migrante português, veio para Goiânia em 1934:

A gente trabalhava das 6 da manhã às 6 da tarde, com intervalo de duas horas para o almoço. Quando era com concreto, trabalhava dia e noite. Houve ano em que trabalhei 365 dias. Eu era biscateiro nos domingos e feriados. Trabalhava quase dia e noite e nas madrugadas também. (WIEDERHECKER, 1987)

Não precisamos nos estender com todos os relatos sobre as precárias condições de trabalho. Já vimos que os trabalhadores chegaram a ficar 8 meses sem receber e tiveram que contar com os “serviços” de um atravessador que ficava com 25% do salário dos operários que trabalhavam diretamente na construção da capital. Sobre o trabalho em Goiás nesse período, outros estudos reforçam nossas conclusões:

Em Goiás, a extinção do trabalho escravo não significou a introdução do trabalho assalariado, pois o que se instituiu foi um regime de trabalho conhecido como camaradagem que, na realidade, definia um novo tipo de escravidão. Quem é o camarada? Camarada era qualquer trabalhador que fizesse um ajuste de trabalho com outrem para prestação de serviços na lavoura, pecuária, empreitadas de viagens e serviços domésticos. Mesmo que as relações de trabalho estabelecidas em lei fossem assalariadas, o salário não se tornava uma relação social, mas apenas uma relação contábil, porque nunca chegava às mãos do trabalhador, que estava constantemente endividado (SILVA, 2005, p.40).

A migração e as diferentes formas de violência são próprias da construção desse “ornitorrinco”, como bem destacou Francisco de Oliveira (2009). Esse bicho estranho que é o capitalismo na periferia.

A negociação com os operários se dava “por baixo”, com precárias condições de trabalho e moradia, o que contribuiu para viabilizar o excedente necessário à construção da nova capital. Mas era sua transformação em cidade, valor de uso, e depois em mercadoria, valor de troca, trabalho realizado por operários mal remunerados e com atrasos no pagamento, que viabilizariam a realização do projeto. Projeto que era base espacial para integração do capitalismo na periferia.

Trabalhadores no campo, ao mesmo tempo, descobertos de quaisquer garantias trabalhistas e mesmo em condição similar de trabalho escravo, reduziam os custos da força de trabalho nas cidades e produziam o excedente para a exportação da agricultura que se intensifica nas décadas de 30 e 40. Esses processos são próprios de nossa modernidade e produzem um movimento particular em cidades novas de fronteira.

Se Alexandre Gonçalves (2002), ao analisar a arquitetura e atuação dos arquitetos na formação de Goiânia, denominou tal processo de “modernização possível”, para nós, no que diz respeito aos migrantes na construção de Goiânia, a relação campo cidade, e os bairros populares, Goiânia nasce como um “Ornitorrinco no Cerrado”.

Sustentamos esta analogia com os estudos de Francisco de Oliveira (2009) em dois pontos, descritos a seguir.

O primeiro diz respeito ao processo de modernização atípico, não clássico. Os traços da moderna arquitetura francesa se concretizam sobre as relações de trabalho mais arcaicas possíveis, condição para gerar o excedente que viabilizaria o projeto de nossa modernização. Se as condições são atípicas para os arquitetos, o que verificou Alexandre Gonçalves (2002), para os operários as condições são inadmissíveis. Basta lembrar que os trabalhadores operários de São Paulo e Rio de Janeiro, não se sentiram

atraídos para trabalhar em Goiânia, tamanha era a precariedade do trabalho (daí a coerência em se falar de uma periferia da periferia). As migrações para formação desse território vieram em grande medida do mais sofrido povo nordestino e foram eles a base social dos “bairros populares”, construindo ranchos de forma improvisada, na incerteza do dia seguinte. O lugar de tensão, o não lugar, o rancho que poderia virar casa ou ser derrubado no dia seguinte.

Foi da exploração dos trabalhadores em condições “extra-econômicas”, marcadas por violência e pela quase impossibilidade de reprodução da própria força de trabalho, que gerou a extração de uma *acumulação primitiva interna*, para viabilizar o projeto de modernização. Tal extração de excedente tem na violência uma característica fundante. Os migrantes na área rural e os migrantes no trabalho operário, os braços de “nossa modernidade possível”, sentiram esta violência nas precárias condições de trabalho, na ação dos jagunços e mesmo no trabalho similar ao escravo no campo. Os migrantes foram atraídos para Goiás, construindo a fronteira e inserindo Goiás na modernização capitalista na condição de periferia da periferia.

O segundo ponto do nosso “ornitorrinco” é que tais relações não se formaram a partir de um modelo externo aos próprios trabalhadores e moradores dos bairros populares, ao contrário, formaram-se por meios de tensão e negociação. Ações comunitárias e tomadas de decisões frente às tensões fizeram surgir os bairros da concentração operária nas margens do córrego Botafogo. A Liga dos Amigos da Vila Nova, uma comunidade de solidariedade, confraternização, resistência e negociação foi protagonista desse movimento com expressão política coletiva dos sujeitos periféricos

Uma característica da tensão é a violência física e simbólica. Jagunços derrubam casas, gente pobre “apanha todos os dias” sem saber direito porque, em terra que não tem cerca nem dono, não se pode levantar um barraco, narrativa forte do romance *Chão Vermelho*, de Eli Brasiense (2000), mas também há confraternização, festa, futebol e negociação nos processos de integração à cidade.

A situação dos operários em Goiânia, na década de 30, quase inviabilizou a continuidade do projeto, conforme indicam os relatórios da época. Por isso, tentar integrar os operários ao projeto de cidade era fundamental, e a Vila Nova, o Botafogo e a Nova Vila, como concentração operária, tinham poder de negociação. Além disso, a abertura política, a partir de 1945, tornava as questões de direitos sociais uma pauta importante, e os bairros populares, locais de alta densidade populacional para o tamanho da cidade, tornavam-se possíveis bases eleitorais.

Contudo, o que nos parece é que quem mais ganhou com esse processo de abertura política foram os fazendeiros que doaram terras para construção da cidade e os

novos empreendedores imobiliários, novos sujeitos que ganharam consciência de sua ação e acumulação no território. Eles já existiam em gérmen nesse movimento, desde quando os fazendeiros doaram as terras ao Estado para a construção da cidade. Também ganharam ao atrair força de trabalho em condição rebaixada para a agricultura e para a construção da cidade.

A forma tradicional da posse da terra ganhava outro conteúdo. A doação de terras em uma terra de fronteira era o início desse novo conteúdo. O germe do seu valor de troca, da sua condição de mercadoria, de preponderância do seu valor de troca sob o valor de uso. Tal conteúdo entrou em contradição com a cidade controlada e planejada, mas, ao mesmo tempo, dependeu da ação forte do Estado, que ordenou os passos do movimento que possibilitou a construção da cidade.

Os fazendeiros e empresários (como os irmãos Coimbra Bueno), proprietários das terras, queriam logo comercializá-las e por isso talvez o atrito entre Jerônimo Coimbra Bueno e Pedro Ludovico. Mas, por outro lado, as terras só ganhariam em valor de troca com a efetivação do seu valor de uso, ou seja, com a própria construção da cidade. O que dependia, naquele momento, da centralização política nas mãos do Estado como ordenador das contradições e das relações de trabalho.

Conforme indica Moyses (2004), as décadas de 50 e 60 são as de formação e consolidação da especulação imobiliária. É quando as contradições do movimento fazem com que o conteúdo não comporte mais a sua forma. A expansão urbana na região Sul da cidade é parte dessa “nova qualidade” da terra, agora determinada pela sua condição de mercadoria. O Setor Pedro Ludovico, conhecido como “Macambira”, é expressão e forma particular desse movimento.

A “Macambira” que não se originou da fazenda Macambira, pois esta deu origem ao setor Sudoeste, era antes a “Fazenda Serrinha”, adquirida pelo governo no processo de transferência da capital, foi parte deste *Segundo Movimento* da urbanização de Goiânia. Seus primeiros ranchos são, provavelmente, da década de 40, mas o processo de ocupação mais direcionado pelo próprio governo do Estado foi a partir de 1951, com a chegada da família de Pedro Reinaldo dos Santos, o conhecido e reconhecido por todos como “pioneiro fundador”, Pedro Alagoano, trajetória que identificamos como alegoria de nossa modernidade.

Esta segunda experiência de bairro popular se distingue da primeira. Momento de expansão urbana e de outros fatores que aumentaram a corrente migratória, como a construção de Brasília. Os migrantes à frente do processo de organização do espaço foram levados para lá, onde já estavam alguns casebres e barracos, para colocar “ordem no povo”. Duas características puderam ser percebidas nesse movimento particular do

bairro que talvez guardem relações com o movimento mais geral. Nestas duas características nos encontramos com um sujeito que comporta em sua trajetória elementos dos dois movimentos, de formação e expansão urbana de Goiânia, o Sr. Pedro Alagoano.

Uma primeira característica pode ser definida sob práticas comunitárias como ações de caridade. A única Associação que existia na origem do Setor Pedro Ludovico, o Clube Fonte de Amor Fraternal, foi parte da ação da igreja e teve relação direta com o Interventor Pedro Ludovico, representado por sua esposa Gercina Borges que participava diretamente das ações de caridade. A segunda característica é que a organização da ocupação foi direcionada desde o início pelo próprio Estado, mesmo que em suas expressões não oficiais. Pedro Alagoano, o pioneiro fundador, foi orientado pelo Estado.

Sua trajetória, percebida por nós como alegoria da nossa modernidade, contém duas dimensões importantes. A do migrante e sua condição de sujeito periférico na formação de uma cidade nova de fronteira na periferia, e o migrante no novo momento de expansão urbana da cidade. Pedro Alagoano, “o pioneiro fundador”, contribui para dar forma à nova periferia, que, por sua vez, era fundamental para a especulação imobiliária, ao mesmo tempo regulação do custo da força de trabalho na fronteira. Ele mesmo inseriu-se nesse movimento explorando serviços necessários àquela periferia e a sua sobrevivência, mas acabou por ser “atropelado pelas novas determinações históricas”.

Além de migrante nordestino, ex-cangaceiro, pastor; ordenador não oficial do novo espaço urbano, dono da primeira linha de ônibus, Pedro Alagoano se inseriu como mediador da venda de terras naquela região como meio de seu sustento.

(...) papai com o finado Dr. Elias Bufaiçal loteou as fazendas em volta, e foi surgindo os bairros adjacentes em volta do Setor Pedro Ludovico e foi espichando (...) porquê papai, nas horas de folga da polícia, alimentava com a venda de lotes, chácara. Era corretor deles, trabalhou como corretor de venda de lote e ali ele fazia de tudo pra forçar a boa vontade do Dr. Elias pra aquele loteamento surgisse mais rápido teria que doar, dá de graça, tantos lotes ou praça, aí abria já um avanço pra frente, e assim foi vários até a Aparecida pegou aqui onde é a Pestalozzi, ela divide alí. Esse daqui Jardim das Esmeraldas já foi fácil, esse aí já pegou o setor já caminhando a todo galope e já foi formando os bairros né, de Aparecida. Aí foi pra Parque Amazonas, já lotando tudo Parque Amazonas também é um dos bairros que foram fundado através do setor Pedro certo, que foi levando esse povo

Essa expansão efetiva a condição da terra como mercadoria. A especulação de particulares em torno do preço dos lotes passa a dirigir o plano urbanístico da cidade.

Com esse segundo movimento, a população com baixo poder aquisitivo tendeu a se fixar cada vez mais na periferia, formando novas periferias que ao mesmo tempo garantiam a, custo baixíssimo, o custo de reprodução da força de trabalho na fronteira, agora espaço urbano. A tensão entre Estado, particulares e migrantes ganha uma nova forma, tendo a especulação imobiliária como fator preponderante no processo de expansão urbana e as redes de solidariedade entre migrantes a forma de garantir a reprodução rebaixada da força de trabalho na periferia da periferia.

4.1 Particularidade histórica: A modernização se alimenta do atraso

“O Centro Oeste é uma criação do Sudeste”

Barsanufu

“O Pedro Ludovico não queria a Vila Nova, aí Boaventura convocou o povão e ocupou a câmara municipal”

Sr. Sebastião Calassa, pioneiro do Setor Vila Nova, uma das primeiras ocupações urbanas da nova capital.

As epígrafes acima expressam duas interpretações da História. A primeira é o conhecimento sistematizado, cuidadosamente organizado, do Historiador Barsanufu (2000) ao investigar *Goiás nos quadros da economia nacional de 1930 a 1960*. A outra é a fala de um velho pioneiro de um bairro popular de Goiânia, anunciando a luta dos primeiros moradores contra o interventor Pedro Ludovico e seus jagunços⁵ para manter as casas e o bairro fruto de uma das primeiras ocupações urbanas de Goiânia. Duas distintas experiências um mesmo movimento histórico.

Sebastião relata a experiência dos migrantes na construção da cidade e a luta por moradia, muitos deles trabalhadores, operários que trabalharam na construção da cidade, processo fundamental da constituição da força de trabalho que possibilitaria essa ponte para integração do território, força de trabalho sem a qual não haveria a nova capital e a própria regulação das relações capital trabalho na fronteira.

Goiânia é parte fundamental da “invenção” apontada por Barsanufu (2000) e da possibilidade de conciliação entre os interesses das velhas oligarquias latifundiárias e a dinâmica industrial dirigida pela região Sudeste, subordinada às matrizes do capitalismo internacional. Mas Goiânia constrói-se por escolhas e embates próprios da realidade

⁵ Sujeitos que agiam com violência e costumavam andar amados, à serviço do interventor, mas alguns não eram policiais oficiais do Estado.

goiana, das disputas entre as oligarquias e das ações dos trabalhadores migrantes, sejam nas greves (ALVARES, 1942) ou nas disputas pelo território.

Em nosso entendimento, a exploração extraeconômica, violenta, coercitiva, além das condições miseráveis de reprodução da força de trabalho, evidenciadas no trabalho de Chaul (1984) são elementos da acumulação primitiva interna analisada por Oliveira (2003), constitutivo social fundante da fronteira e de Goiânia como cidade nova de fronteira. Estas condições é que geram o excedente capaz de tornar a modernidade na periferia possível, é a particularidade de nossa modernidade. Os bairros populares, onde se concentram os “superexplorados”, como definiu Fernandes (1987), são assim, paradigmaticamente, a segregação social urbana necessária à nossa modernidade.

Os relatos orais se não fecham, a todo o momento, um quadro sequencial, devido às lacunas, apontam os elementos centrais desta realidade, desta tensão vivida pelo migrantes na construção da fronteira, revelam, em alguns casos, uma alegoria da nossa modernidade, o nosso “ornitorrinco no cerrado”. Não se trata, como queria Chaul (1984) ao analisar a condição de vida dos operários na construção de Goiânia, de típica exploração capitalista moderna e nem de relações não modernas. Trata-se de “nossa modernidade”, a forma particular como nos inserimos no processo de modernização capitalista, nossa particularidade histórica. Práticas sociais constitutivas da nossa modernização capitalista periférica, aliás, trata-se da condição histórica construída para sua viabilidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARES, Geraldo Teixeira. *A luta na epopeia de Goiânia*. Rio de Janeiro: Of. Gráf. Do Jornal do Brasil, 1942.

ARRAIS, T. A. *A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização*. Goiânia: Editora UFG, 2013.

ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. *Identidade e Cidade de Fronteira: Um Estudo Sobre a Construção de Goiânia a partir do Conceito de Momento de Fronteira*. (Dissertação de Mestrado). Goiânia: UFG, 2003.

BOITO JR., Armando. *O sindicalismo na política brasileira*. Campinas/SP: Unicamp/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

BORGES, G. B. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: Ed. da UFG, 2005.

BOSI, Ecléia. *Velhos amigos*. São Paulo, Companhia das letrinhas, 2003.

CAMPOS, F. I. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia, Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 1987.

CORDEIRO, Narcisa Abreu. *Goiânia: evolução do plano urbanístico*. Goiânia: Composição Artes Gráficas e Editora, 1989.

CHAUL, Nasr Fayad, Duarte, Luiz Sérgio (org.) *História Política de Goiás*. Goiânia: UFG, 2009.

CHAUL, F. N. *A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital*. Goiânia: (s.n.), 1984.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. *Goiânia: travessias sociais e paisagens cindidas*. Goiânia, UCG, 2007. (Coleção Goiânia em prosa e verso)

DUARTE, L.S.D.; CHAUL, N. F. *História política de Goiás*. Goiânia: UFG, 2009.

DRAAISMA, Douwe. *Metáforas da memória: uma história das ideias sobre a mente*. Trad. Jussara Simões. Bauru, SP. Edusc, 2005. (Coleção História)

FAUSTO, Boris. (1930). *Memória e História*. São Paulo: Graal, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FERREIRA, Marieta de Moraes; ABREU, Alzira Alves de... [et al.]. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História oral*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

GOMES, Horieste. *Memórias da Campininha*. Goiânia: Ed. do Autor, 2000.

_____. *Lembranças da terrinha*. Goiânia: Ed. do Autor, 2002.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *A construção do espaço urbano de Goiânia (1933 – 1968)*. Goiânia, 2002. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Goiás.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. (1924). *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão [et al.] 3.ed. Campinas.

LIMA, Nei Clara de. *Narrativas orais: uma poética da vida social*. Brasília, UNB, 2003.

LÖWY, M. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 4. ed. Trad. Juarez Guimarães, Suzanne Felicie Léwy. São Paulo: Busca Vida, 1987.

MATTOS, Sílvia Clímaco. *Memória e cidade: lembranças de Vila Nova*. Goiânia, PUC Goiás, 2012.

MENEZES, E. M. de. *Migrantes nordestinos na construção de Goiânia*. Goiânia: PUC-GO: Kelps, 2012.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo, Contexto, 1992. (Coleção caminhos da história)

OLIVEIRA, Francisco. “Crítica à razão dualista”. In: *A economia brasileira: crítica a razão dualista*. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editora, 2003.

PALACÍN, Luís. MARAES, Maria Augusta Sant’Anna, *História de Goiás*, Goiânia: Editora UCG, 2001.

RODRIGUES, Maria de Jesus. *Retalhos de lembranças*. Goiânia, Kelps, 2009.SP. UNICAMP, 1994. (Coleção Repertórios)